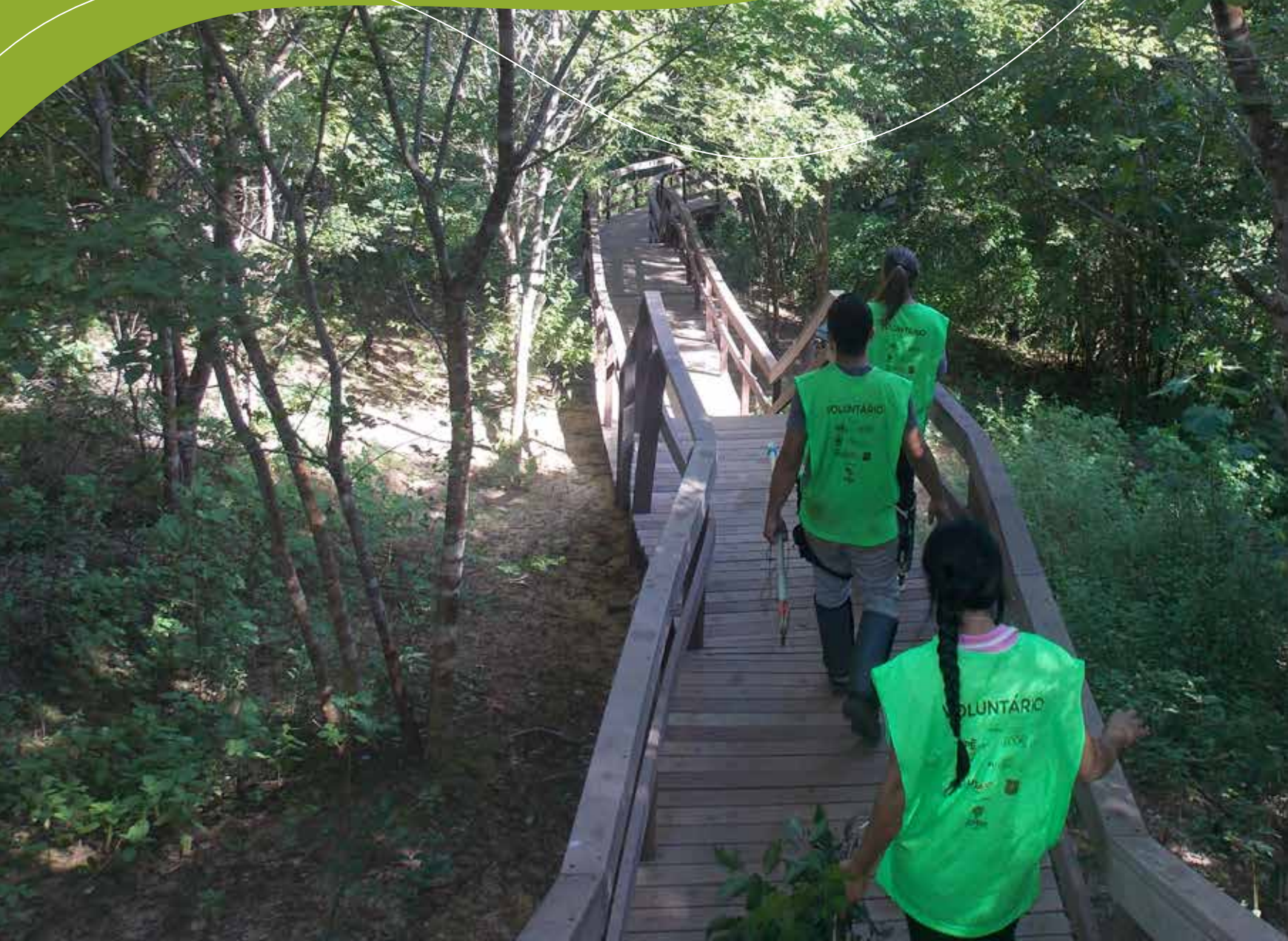


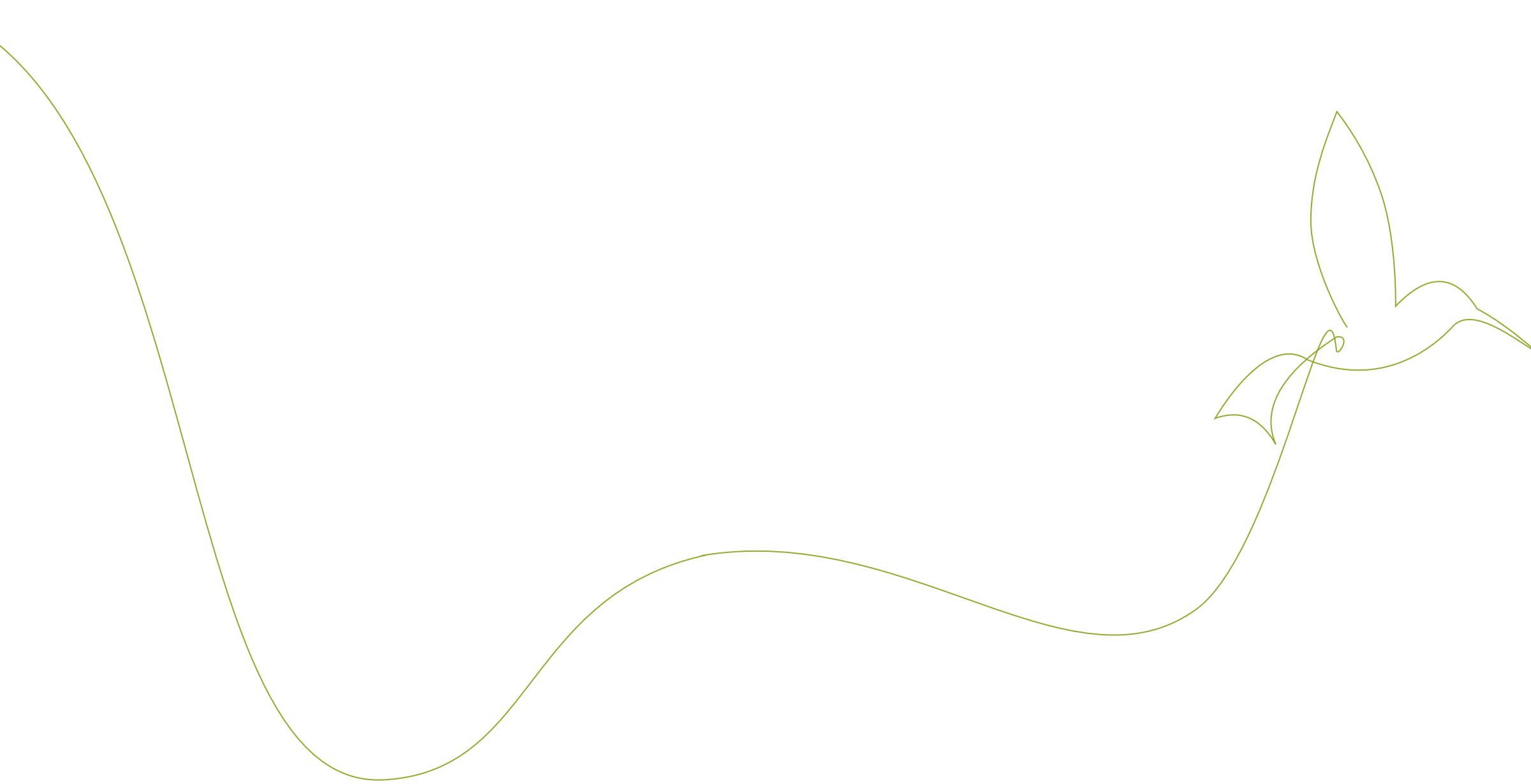
Diálogos da Conservação

Voluntariado

Uma estratégia de conservação
da natureza e aproximação
com a sociedade

Angela Pellin, Cibele Tarraço Castro, Rafael Chiaravalloti, Fabiana Prado,
Andrea Pellin, Letícia Lopes S. S. Dias, Camilla Helena da Silva, Vera
Christiana Pastorino, Paulo Roberto Russo e Claudio Valadares Padua





Diálogos da Conservação

Voluntariado

Uma estratégia de conservação
da natureza e aproximação
com a sociedade

Angela Pellin, Cibele Tarraço Castro, Rafael Chiaravalloti,
Fabiana Prado, Andrea Pellin, Letícia Lopes S. S. Dias,
Camilla Helena da Silva, Vera Christiana Pastorino,
Paulo Roberto Russo e Claudio Valadares Padua

Prefixo Editorial: 990361

Número ISBN: 978-65-990361-2-5

Título: Diálogos da Conservação: Voluntariado -

Uma estratégia de conservação da natureza

e aproximação com a sociedade

Tipo de Suporte: E-book

Formato Ebook: PDF



Nazaré Paulista, São Paulo
2020



Autores

Angela Pellin
Cibele Tarraço Castro
Rafael Chiaravalloti
Fabiana Prado
Andrea Pellin
Letícia Lopes S. S. Dias
Camilla Helena da Silva
Vera Christiana Pereira Pastorino
Paulo Roberto Russo
Claudio Valadares Padua

Cômite editorial

Cibele Tarraço Castro
Angela Pellin

Projeto gráfico, ilustrações e diagramação

Tauana Fernandes

Revisão

Alessandro de Oliveira Neiva

Foto da capa

Alysson de Sousa Silva
Floresta Nacional de Tapirapé-Aquiri
ICMBio Carajás

Colaboradores

Kátia Torres Ribeiro
Hudson Coimbra Felix
Juliana Cristina Fukuda
Olivar Bendelak
Pedro da Cunha e Menezes
Claudio Maretti
Jussara Christina Reis
Giovana Dominicci Silva

Voluntários

Ingrid Andrade Rocha
Sérgio dos Santos Soares

Créditos de fotos

Acervo ICMBio
(fotos cedidas dos concursos de fotografia do Programa de Voluntariado do ICMBio e APA Guapi-Mirim)
Acervo Trilha Transcarioca
Martin Garcia
Paulo Henrique Bonavigo

Agradecimentos

A todos os servidores do ICMBio envolvidos com a Coordenação de Gestão Socioambiental, responsável pela gestão do Programa de Voluntariado que tem dedicado seu tempo para a construção desse Programa, e aos gestores de unidades organizacionais que acreditam no Programa como uma importante estratégia de engajamento da sociedade. A todo o time do IPÊ que trabalha incansavelmente no desenvolvimento e na disseminação de modelos inovadores de conservação da biodiversidade que promovam benefícios socioeconômicos por

meio de ciência, da educação e dos negócios sustentáveis. A Fundação Gordon e Betty Moore pela parceria e financiamento que permitiu o apoio ao Programa de Voluntariado do ICMBio. E, especialmente, a todos os voluntários que fizeram e fazem parte dessa iniciativa, uma verdadeira legião de pessoas que acreditam na importância das nossas áreas protegidas para a conservação e para a qualidade de vida, e que trabalham na busca de um mundo de cidadãos engajados e conscientes da necessidade de vivermos em comunhão com a natureza!

Índice

1

12 | Apresentação

2

14 | **Voluntariado**

16 | 2.1. Voluntariado no Brasil

18 | 2.2. Conservação da Natureza e Voluntariado

21 | 2.3. Voluntários em Áreas Protegidas

23 | 2.4. Voluntariado em UCs no Brasil

3

30 | **O Programa de Voluntariado do ICMBio e seu Processo de Reestruturação**

32 | 3.1. A Instrução Normativa no 03/2016

36 | 3.2. Planejamento Estratégico do Programa de Voluntariado

38 | 3.3. Plano de Comunicação

39 | 3.3.1. O Programa Como Canal de Diálogo

40 | 3.3.2. A Produção de Vídeos Institucionais

42 | 3.3.3. Guias de Orientação do Programa

43 | 3.3.4. Desenvolvimento dos Uniformes

43 | 3.3.5. Datas que Celebram o Voluntariado

44 | 3.4. Realização do “Seminário de Voluntariado do ICMBio – Experiências Internacionais de Voluntariado em Áreas Protegidas” e da “Oficina de Boas Práticas em Voluntariado do ICMBio”

52 | 3.4.1. Manejo e Sinalização de Trilhas

54 | 3.4.2. Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade

56 | 3.4.3. Brigadas Voluntárias

58 | 3.4.4. Educação Ambiental

60 | 3.4.5. Ações Estruturantes do Programa de Voluntariado

62 | 3.5. Sistema do Programa de Voluntariado

4

66 | **Um Retrato do Programa de Voluntariado Do ICMBio**

68 | 4.1. Quem Quer Ser um Voluntário?

71 | 4.2. O Que Desejam os Voluntários?

74 | 4.3. Onde o Voluntariado Está e o Que Tem Sido Oferecido aos Participantes?

76 | 4.4. Quais as Atividades Realizadas pelos Voluntários?

78 | 4.5. Qual a Avaliação dos Voluntários Sobre a Experiência e Sobre o Programa?

84 | 4.6. Qual a Percepção dos Gestores Sobre os Voluntários e Sobre o Programa?

86 | 4.7. O Que a Experiência Pode Proporcionar aos Voluntários e à Sociedade?

5

90 | **Reflexões sobre Boas Práticas na Gestão de Programas de Voluntariado**

6

100 | **Considerações Finais**

7

106 | **Referências**



1

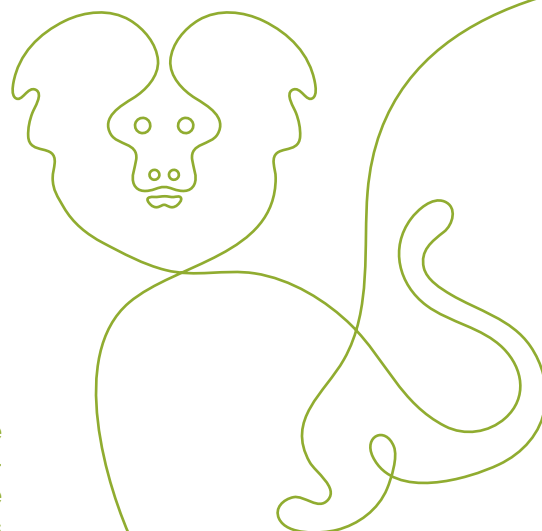
Apresentação

O Brasil é um país de dimensões continentais e se destaca pelos números impressionantes relacionados a sua biodiversidade. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), existem aproximadamente 100 mil espécies de invertebrados, 9 mil de vertebrados e mais de 30 mil espécies da flora^{1,2}. O país também é extremamente diverso do ponto de vista cultural e dos saberes e tecnologias sociais, que podem auxiliar no estabelecimento de uma relação ecologicamente mais equilibrada e socialmente justa.

A criação de unidades de conservação (UCs) tem sido um importante instrumento para apoiar a conservação desse patrimônio brasileiro, apoiando o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral³.

Em 2020, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), completa 20 anos. Neste período foram alcançados expressivos avanços relacionados à criação e gestão de áreas protegidas. No Brasil, até janeiro desse ano, existiam aproximadamente 2.446 UCs, protegendo uma área de 250.619.000 ha, correspondendo a 18,7% do território nacional continental e a 26,5% das áreas marinhas. Estas áreas incluem UCs públicas e privadas, como as reservas particulares do patrimônio natural, nos âmbitos federais, estaduais e municipais. As UCs federais públicas somam 334, que protegem, entre territórios marinhos e terrestres, 170.706.500 ha⁴.

No entanto, algumas questões básicas ainda permanecem: Como resolver o desafio de capital humano das UCs: rotatividade, quantidade e administrativo? Como mudar a cultura de gestão das UCs para maior sustentabilidade financeira? e Como implantar um modelo de gestão em que as UCs são o centro irradiador de um programa integrado de conservação e desenvolvimento no seu entorno? O projeto Motivação e Sucesso na Gestão de Unidades de Conservação Federais (MOSUC), busca por respostas e soluções à essas perguntas.



Tudo começou em um encontro, em 2011, entre Claudio Valladares Padua (Fundador e Conselheiro do IPÊ, e Reitor da Escola de Conservação Ambiental e Sustentabilidade [ESCAS]) e Roberto Vicentim (presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio] na época). Nesta conversa, Claudio Padua expôs ao presidente do ICMBio as três questões que o perseguiram desde os anos 80, quando morou, como pesquisador, no Parque Estadual do Morro do Diabo e começou a vivenciar de perto a gestão de UCs. A conversa evoluiu no intuito de avançar na implementação das UCs e no apoio a consolidação do SNUC. Em 2011, foi criado um grupo de trabalho interinstitucional com a participação do ICMBio, do IPÊ, do Departamento de Áreas Protegidas (DAP), do MMA, do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), do Instituto SEMEIA e da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), do estado do Paraná, quando foram delineadas as primeiras ações do Projeto MOSUC.

Muitas vezes expressa em palestras pelo fundador do IPÊ, a visão de que os gestores das UCs no Brasil são heróis anônimos da conservação, contribuiu e

fundamentou as bases do projeto. Considerando a trajetória da carreira, os gestores passam em um concurso difícil, mostrando que tem habilidades, conhecimentos e atributos, para passarem em qualquer outro concurso que, certamente, lhes dariam um salário melhor, com condições de trabalho bem menos inóspitas. Assumem a importante missão que a carreira lhes proporciona e a partir da atuação no dia a dia, e com as condições encontradas em cada território, surgem inúmeras soluções inovadoras que os apoiam na conquista de resultados jamais esperados diante da realidade.

Ao pensar as UCs como centros de convergência de políticas públicas e pólos irradiadores de um modelo de desenvolvimento que concilie economia, conservação da natureza e qualidade de vida, é preciso um olhar, cada vez mais atento, para as oportunidades de parcerias e colaborações para uma gestão mais integrada.

A partir de 2012, o Projeto MOSUC teve início por meio da parceria entre o IPÊ, o ICMBio e a Fundação Gordon e Betty Moore. Foi estabelecido que os principais objetivos seriam o apoio às ações estratégicas relacionadas à implementação do SNUC e ao desenvol-

vimento de arranjos inovadores que fortalecessem a gestão das UCs e ampliassem a integração com seus territórios, bem como atraiasse visibilidade a uma grande quantidade de ações já existentes por esforço localizado de alguns gestores. Em 2019, após sete anos do seu início, o Projeto já havia gerado um enorme volume de informações e aprendizados acumulados. Para que pudéssemos compartilhar um pouco dessa história e dos seus resultados, desenvolvemos essa edição da Série Técnica do IPÊ, chamada de Diálogos da Conservação, com o tema Voluntariado como estratégia de conservação da natureza e aproximação com a sociedade, um dos componentes que integram o Projeto MOSUC.

Ao longo do texto é descrito o histórico do Programa de Voluntariado do ICMBio, seu processo de reestruturação, alguns dos principais resultados alcançados até o momento e algumas reflexões sobre o Programa a partir das boas práticas recomendadas. A publicação pretende compartilhar o processo e os aprendizados, mas acima de tudo celebrar todos os voluntários que têm contribuído com as áreas protegidas, com o ICMBio e com a conservação da biodiversidade.

¹ <http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/biodiversidade-flora>

² <http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/biodiversidade>

³ https://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/snuc/Livro%20SNUC%20PNAP.pdf

⁴ <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-consolidados>

2

Voluntariado

De acordo com as Organização das Nações Unidas (ONU), voluntário é o jovem, adulto ou idoso que, devido a seu interesse pessoal e seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades de bem estar social ou outros campos, como assistencialismo ou meio ambiente⁵. Desse modo, o voluntariado produz inúmeros benefícios tanto na esfera econômica quanto na social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais coesa e justa.

As primeiras iniciativas de voluntariado, formalmente registradas na história da humanidade, aconteceram no ano de 231 d.C., quando o Imperador Constantino, no auge do Império Romano, autorizou a utilização das igrejas como locais de ações voluntárias. Anteriormente a esse período, há registros arqueológicos que indicam que, possivelmente, na Grécia, ou mesmo no mundo Islâmico, existiam ações que podem ser caracterizadas como voluntariado. Na Idade Média, é bastante robusto os registros de grupos religiosos que se juntavam em hospitais filantrópicos para cuidar de doentes que não tinham condições de pagar por um tratamento. Estima-se que na Inglaterra, entre os séculos XII e XIII, havia mais de 500 hospitais voluntários (Kisnerman, 1983).

Já na idade moderna, a primeira organização de voluntários criada foi a Youth Men's Christian Association (YMCA), em 1844, na Inglaterra, pelo vendedor de roupas George Willians, que buscava incentivar trabalhadores das fábricas a "exercitarem o corpo e a alma ao longo do dia". Em 2019, a YMCA chegou a mais de 120 países, apoiando cerca de 65 milhões de pessoas⁶. Além de ter ficado famosa com a música "YMCA" do grupo do Village People. Também na Inglaterra, no ano de 1869, surgiu a Charity Organization Society (COS). Formada majoritariamente por mulheres, a organização buscava dar apoio aos moradores de rua através do slogan "Esmolas não, mas um amigo sim". O surgimento desta organização exemplifica o papel fundamental da mulher na história do voluntariado. Vale o destaque que, em 1931, Jane Addams, uma das militantes mais ativas do grupo, recebeu o prêmio Nobel da Paz pelo seu trabalho como porta voz das mulheres e da paz no mundo⁷.

No século XX, outra importante organização foi criada, a Service Civil International (SCI). Surgindo dois anos após o final da Primeira Guerra Mundial (em 1920), quando o engenheiro suíço Pierre Cérésolle resolveu juntar algumas pessoas para ajudarem na reconstrução da

cidade de Verdun na França. Ali, 12 voluntários (entre eles três soldados alemães) reconstruíram as casas dos moradores locais após uma das mais sangrentas batalhas da guerra. O grupo se formalizou como a SCI e, em 2019, apresentava mais de 42 sedes ao redor do mundo.

Hoje estima-se que quase 1 bilhão de pessoas praticam algum tipo de voluntariado no mundo. Considerando o total de horas que eles trabalham, isso corresponde a 125 milhões de trabalhadores contratados em tempo integral. Só para se ter uma ideia, em termos de impacto econômico, seja auxiliando em serviços públicos ou preenchendo lacunas pela falta de profissionais, os voluntários geram US\$ 1,348 trilhão anualmente. Cerca de 2,4% da economia global (United Nations Volunteers, 2018).

Para promover e celebrar esse movimento tão antigo na história da humanidade, em 1985, foi estabelecido, pela Assembleia Geral da ONU, que 5 de dezembro seria o Dia Internacional do Voluntário. O objetivo é que, neste dia, sejam celebrados todos aqueles que buscam ajudar o próximo e mostram que a cidadania e a solidariedade são valores indispensáveis para a melhoria de vida no planeta.

⁵ <https://nacoesunidas.org/vagas/voluntariado/>

⁶ <https://www.ymca.int>

⁷ <https://www.sci.ngo/>

2.1 Voluntariado no Brasil

No Brasil, assim como em diversas partes do mundo, o voluntariado começou dentro das instituições religiosas, principalmente nos hospitais. Acredita-se que a primeira organização voluntária no país surgiu em 1543, a Santa Casa de Misericórdia, na Vila de Santos, antiga capitania hereditária de São Vicente. Ao longo do período colonial diversas outras instituições foram surgindo, muitas vezes com objetivos considerados “importantes” para a época, como a Casa de Recolhimento de Órfãos, fundada em 1740, que buscava educar “filhas de legítimo matrimônio” (Kisnerman, 1983).

Aos poucos essas iniciativas foram adquirindo outras dimensões e deixaram de ser voltadas exclusivamente ao assistencialismo. Questões como cidadania, educação, cultura e lazer tornaram-se parte das ações dessas instituições. Vale o destaque para o Projeto Rondon, criado em 1968 pelo governo federal. O objetivo era levar universitários brasileiros para prestar assistência de forma voluntária às comunidades carentes do interior do país⁸.

A partir da década de 1970, surgiram as primeiras organizações não governamentais (ONGs), que em sua grande maioria, contavam com o apoio de práticas voluntárias. No entanto, a grande mudança veio apenas na década de 1990, uma década marcada pelo fortalecimento da sociedade civil. Nesta fase destaca-se o trabalho do sociólogo Herbert de Souza, mais conhecido como “Betinho”. Ele criou, em 1993, a ONG Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que busca, através do voluntariado, sanar a fome no país⁹. A importância internacional de Betinho e do Ação da Cidadania, inspiraram milhares de outras pessoas a criarem suas próprias instituições, expandindo essas iniciativas no país.

Em 1997 foram criados os primeiros Centros de Voluntariado do Brasil e, em fevereiro de 1998, foi promulgada a Lei do Voluntariado nº 9.608. Pela primeira vez o Estado legislava sobre as condições do exercício do serviço voluntário e

estabelecia um termo de adesão¹⁰. Esta Lei definia o serviço voluntário como “a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade”. Com o aumento da importância do voluntariado, diversos outros decretos e leis foram adequando as políticas públicas ao perfil do voluntariado no país.

A legislação mais recente é o Decreto nº 9.906/2019. Ele institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado e define a atividade voluntária como: “a iniciativa não remunerada de pessoas físicas, isolada ou conjuntamente, prestada à pessoa física, a órgão ou à entidade da administração pública ou entidade privada sem fins lucrativos, que tenha ob-

jetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa, que vise ao benefício e à transformação da sociedade por meio de ações cívicas, de desenvolvimento sustentável, culturais, educacionais, científicas, recreativas, ambientais, de assistência à pessoa ou de promoção e defesa dos direitos humanos e dos animais”.

Com a presença de políticas públicas que apoiam a vontade das pessoas de transformarem a realidade do seu entorno, o Brasil alcançou um importante patamar nas questões do voluntariado. Todos os anos, segundo o IBGE, cerca de 7,4 milhões de pessoas fazem algum tipo de ação voluntária, dedicando, em média, 6,3 horas por semana às diversas atividades que fazem o Brasil um lugar um pouco melhor¹¹.

⁸ <https://projetorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>

⁹ <http://www.acaodacidadania.com.br/>

¹⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm

¹¹ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20913-voluntariado-aumentou-em-840-mil-pessoas-em-2017>

2.2 Conservação da Natureza e Voluntariado

Ao longo da história, muito do voluntariado esteve ligado às questões sociais como falta de comida, higiene e saúde. No entanto, estamos diante de um novo desafio. As pesquisas mais recentes têm mostrado que aceleramos mais de 1.000 vezes o processo natural de extinção das espécies (Pimm e Raven, 2000). Entre 4,8 a 12,7 milhões de toneladas de plástico são jogados nos oceanos anualmente (Schwabl et al. 2018). E os efeitos das mudanças climáticas tornaram-se um desafio sem precedentes para a sociedade, afetando desde a produção de alimentos até o nível do mar. A influência humana é tão forte que já alterou o curso natural de evolução das demais espécies e hoje podemos dizer que estamos na época da humanidade – o Antropoceno.

Assim como as primeiras freiras que resolveram cuidar de doentes que não tinham acesso à saúde na Idade Média, muitas pessoas, ao se depararem com esses dados, são motivadas a desenvolver atividades que promovam uma mudança desse cenário. O objetivo é garantir um lugar melhor tanto para nós, quanto para as demais formas de vida que aqui habitam e compartilham conosco esse planeta.

O voluntariado ambiental é considerado uma atividade altruísta, que acontece sem expectativa de lucros, com tarefas diretamente ligadas à melhoria ambiental e a conservação da natureza. Os resultados, no entanto, vão além da proteção do meio ambiente. Ações de proteção ambiental, geram transformações pessoais e sociais, tornando a sociedade mais comprometida, justa e responsável. Pode-se considerar que esse tipo de voluntariado busca quatro linhas de ação: simbolização de uma nova cultura da responsabilidade por vias institucionais; utilização de mecanismos participativos e de informação pública em estudos, projetos e ações legais; difusão de ideias e da ação ambiental com projetos de restauração e conservação; e a própria participação voluntária em si (Castro, 1998). No Brasil, as atividades voluntárias na área ambiental são a concretização do Art 225 da Constituição Federal, enfatizando o dever do Poder Público e da coletividade de defender e preservar o meio ambiente para as gerações atuais e futuras.

Uma das histórias mais incríveis de voluntariado ambiental começou em um pequeno país no norte da Europa, a Es-



FOTO: ESTEVAM NORIO. ITO. FLONA CAPÃO BONITO.

tônia. Ali, em 2007, um grupo de Estonianos resolveram que a população deveria ajudar na limpeza das florestas e praias do país. Chamada de Let's Do it ("Vamos fazer!")¹², a ideia era reunir, ao longo de um dia, um grupo para fazer essa limpeza. Com a ajuda das redes sociais, o movimento cresceu rapidamente.

Com gastos que não passaram de 500 dólares, os idealizadores conseguiram reunir quase 50 mil pessoas (4% da população do país), que juntos, retiraram mais de 10 mil toneladas de lixo. Isso representou uma economia de 3 anos de trabalho do Estado e cerca de 22,5 milhões de Euros dos cofres públicos. No entanto, a ideia não parou por aí.

Nos anos seguintes, outros países se juntaram à campanha. Três anos após o primeiro evento (2010), o grupo já reunia mais de 1 milhão de pessoas. Em 2018, o "Let's do It" se tornou um dos maiores eventos de voluntariado do planeta, quando 168 países se juntaram, no dia 15 de setembro, para limpar o lixo das ruas e da natureza.

As 50 mil pessoas do início do movimento se tornaram 20 milhões! É como se todos os moradores da grande São Paulo parassem um dia das suas vidas e resolvessem limpar as ruas da cidade.

Iniciativas como essa, mostram a grande capacidade de colaboração que existe na sociedade. É uma questão de unir uma motivação legítima com um grupo de pessoas ou instituições que estimulem o processo. No Brasil, um exemplo da capacidade de mobilização da sociedade foi o cadastramento de 7.000 voluntários em menos de 72 horas para apoiar ações na região de Brumadinho, após o maior desastre ambiental e humanitário da mineração no país, ocorrido em janeiro de 2019¹³.

No entanto, o voluntariado no Brasil tem sido um aliado da causa ambiental, e vem crescendo nas últimas décadas, não apenas se limitando ao atendimento de desastres ambientais esporádicos, mas sustentado por ações planejadas e cotidianas.

¹² <https://www.letsdoitworld.org/about/overview/>

¹³ <https://razoesparaacreditar.com/voluntarios-ajudar-vitimas-brumadinho/>



FOTO: CARLOS VINÍCIUS RODRIGUES, PARQUE NACIONAL DO JAÚ.

2.3 Voluntários em Áreas Protegidas

Voluntários ambientais não se restringem apenas àqueles que resolvem limpar os lixos das cidades e praias, ou apoiar em situações emergências como ocorre em desastres ambientais. Hoje, há um grande número de pessoas que dedicam parte do seu tempo para ajudar a proteger e cuidar dos refúgios de natureza que ainda restam no mundo, as Áreas Naturais Protegidas.

As áreas protegidas são um dos pilares da conservação da biodiversidade, protegendo mais de 15% de todo o globo terrestre (UNEP-WCMC, 2016). Além disso, são vetores de desenvolvimento socioambiental e de conexão da sociedade com a natureza. Estimular o voluntariado em áreas protegidas é fazer da “boa vontade” uma estratégia de conservação da natureza e engajamento social.

Em alguns países o voluntariado alcança números muito expressivos. Nos EUA, onde foram criados os primeiros parques nacionais modernos, apenas em 2017, mais de 339 mil pessoas fizeram voluntariado em áreas protegidas, doando cerca de 8 milhões de horas de trabalho¹⁴.

Outro exemplo pode ser observado na Inglaterra. Uma pesquisa realizada junto a 59 áreas protegidas identificou que os voluntários doavam, anualmente, cerca de 3.200 dias de trabalho e teriam sido responsáveis por aumentar em 36% a capacidade de gestão dessas áreas (Armsworth et al. 2013).

É interessante mostrar, também, o papel dos voluntários na ampliação da participação social nas áreas protegidas ao redor do mundo. Pesquisa realizada em 41 países, mostrou que a participação dos voluntários na tomada de decisão passou de 19% em 1992, para 42% em 2002 (Dearden et al. 2005). Estes dados materializam um dos principais objetivos do voluntariado em áreas protegidas, que para além de uma força de trabalho, a intenção é ampliar o pertencimento e a participação da sociedade na governança das áreas naturais protegidas.

No Brasil, ainda não chegamos a estes números. Mas estamos caminhando com passos largos para tornar o voluntariado uma importante estratégia de conservação e gestão socioambiental.

¹⁴ <https://www.nps.gov/aboutus/upload/NPS-Overview.pdf>

2.4 Voluntariado em UCs no Brasil

O primeiro regulamento focado em voluntariado em UCs federais foi estabelecido em 2002, pelo Decreto nº 4.519/2002¹⁵, do MMA. Ali o governo federal descreveu, pela primeira vez, que o voluntariado em UCs seria uma atividade não remunerada, prestada por pessoa física, mediante celebração de termo de adesão com o órgão responsável.

Como um primeiro desdobramento deste decreto, o MMA fez uma série de ações de estímulo à atividade. Entre elas, o Seminário Internacional “Voluntários nos Parques do Brasil: Conduta Consciente, Ética e Cidadania”, realizado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), em parceria com o Conselho do Programa de Comunidade Solidária. O evento levou à publicação do “Manual de Planejamento e Operação de Programas de Voluntariado em Unidades de Conservação”, uma tradução adaptada do manual criado pelo Serviço de Parques Americano, chamado de “Volunteers-in-Park”.

Na época, também foi criado o portal “parquesdobrasil.org.br”, posteriormente desativado. A página auxiliava possíveis voluntários na escolha do local onde voluntariar, descrevendo as características das UCs no Brasil e as possíveis vagas. Além de permitir o cadastro para o recebimento de notícias.

Posteriormente, em janeiro de 2005, sob a coordenação da Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas, da SBF/MMA, foi publicada a Portaria nº 19/2005, do MMA, que criou, formalmente, o Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação. Nesta portaria o serviço voluntário em UC foi definido como a “atividade não remunerada, prestada por pessoa física, com o fim de apoiar a gestão da UC”. Também foram definidas as atividades possíveis, as responsabilidades da coordenação do Programa, das UCs e dos voluntários. Ali, o governo formalizava a proposta de incentivar as pessoas a voluntariarem nas UCs do Brasil, apoiando os gestores no manejo dessas áreas. O Programa foi importante pois caracterizou, pela primeira vez, as possíveis atividades dos voluntários, além de criar uma coordenação para o Programa.

Em maio daquele mesmo ano um segundo programa focado em voluntários surgiu no governo federal. Criado dentro do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela Instrução Normativa nº 66/2005, chamado de Programa Agente Ambiental Voluntário (PAAV). O Programa era voltado para pessoas que já fizessem parte de instituições ambientalistas ou afins, sem fins lucrativos. Nesse sentido a parceria era feita entre o IBAMA e a instituição da pessoa interessada. Após efetivada a parceria, o voluntário deveria participar de um curso de formação, possibilitando o seu credenciamento.

Sete atribuições foram designadas aos possíveis voluntários: I - orientar a coletividade sobre práticas de proteção, uso sustentável, preservação e conservação dos recursos naturais; II - atuar preventivamente em situações que possam causar danos ao meio ambiente; III - contribuir para a resolução de conflitos socioambientais; IV - estimular, apoiar e realizar processos educacionais voltados à proteção, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida; V - colaborar no monitoramento e avaliação das condições socioambientais locais, em conjunto com a comunidade e instituições afins, no cumprimento de sua missão de conservar, recuperar e melhorar a qualidade de vida; VI - contribuir com o IBAMA em atividades diretas de apoio a emergências ambientais; VII - lavrar Autos de Constatação circunstanciados e devidamente assinados pelos presentes, sempre que for constatada infração prevista na legislação ambiental e encaminhá-los conforme descrito no art. 20.

O Programa dava a possibilidade de voluntários ajudarem os agentes ambientais do IBAMA a fiscalizarem os danos ao meio ambiente, lavrando autos de constatação. Para que os autos se tornassem documentos legais do governo (ou autos de infração), toda uma burocracia foi implementada, como por exemplo, o voluntário deveria preencher quatro vias do possível auto (com a necessidade de aceite endossado

por agentes da instituição). No entanto, devido a diversos fatores, entre eles, a dificuldade de funcionários do IBAMA em confirmar os autos aplicadas pelos agentes, o Programa não teve êxito. Outro ponto importante foi que a lei que traria mais legalidade a figura do Agente Ambiental Voluntário jamais foi aprovada, e até hoje (2019) tramita na Câmara dos Deputados em Brasília¹⁶.

Alguns estados seguiram o exemplo do IBAMA e também criaram programas similares, tais como o Amazonas e o Ceará, assim como alguns municípios como Sinop, em Mato Grosso, que através da Lei Municipal nº 1.457/2011, lançou o PAAV.

No Amazonas, o programa busca realizar a vigilância e o monitoramento ambiental das UCs participantes. Sendo que, segundo a política ambiental do Estado, os agentes ambientais voluntários podem atuar “na conscientização da população usuária sobre o uso adequado dos recursos naturais e sua conservação, e na comunicação aos órgãos fiscalizadores da ocorrência de infrações na Unidade de Conservação e Zona de Amortecimento” (Feitosa, 2014). Em cerca de 12 anos, mais de 2 mil pessoas participaram do Programa e se tornaram um Agente Ambiental Voluntário, e no ano de 2019, a capacitação e o credenciamento bateu recorde, com 634 agentes voluntários formados (Governo do Estado do Amazonas, 2020)¹⁷.

A partir de 2007, com a criação do ICMBio, órgão responsável pela execução das ações do SNUC, o programa de voluntariado das UCs federais alcançou um novo contorno. Com sua normatização em 2009 e sua reestruturação em 2016, passou a ser considerado uma estratégia de gestão socioambiental, para engajamento social em prol da conservação da biodiversidade, proporcionando diferentes formas de atuação do voluntário. Essa nova perspectiva sobre o papel do voluntariado nas UCs possivelmente exerceu influência em alguns estados, o que pode ser observado em algumas iniciativas pontuais e programas específicos. Nesse sentido, é possível destacar os programas de voluntariado em UCs dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará e Tocantins, pelo fato de apresentarem programas mais estruturados, em andamento (com editais de chamamento publicados em 2019/2020) e trazendo em suas páginas online, informações claras e atualizadas (o que é o programa, como funciona, quem pode participar, quais atividades o voluntariado poderá realizar, etc.), incluindo os editais de chamamento.

A tabela a seguir apresenta informações dos programas estaduais de voluntariado que dispõem de mais informações disponíveis e acessíveis ao público.

¹⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4519.htm

¹⁶ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=498064>

¹⁷ <http://www.amazonas.am.gov.br/2020/03/parque-sumauma-inicia-primeira-etapa-de-formacao-de-agentes-ambientais-voluntarios/>

Programa / Estado	Objetivos do Programa	Atividades a Serem Desenvolvidas Pelos Voluntários	Como Ingressar no Programa
Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação (PVUC) / Espírito Santo ¹⁸	<p>I. Promover a cooperação entre governo e sociedade civil na busca de soluções coletivas de proteção e conservação dos recursos naturais;</p> <p>II. Articular a oferta e a demanda de trabalho voluntário nas UCs;</p> <p>III. Promover interação entre os grupos de voluntários e profissionais das UCs quanto às experiências e ações na área ambiental;</p> <p>IV. Contribuir para a formação ética e cidadã do voluntário, potencializando a formação técnica e científica dos cidadãos interessados em atuar na questão ambiental;</p> <p>V. Promover, incentivar e valorizar o trabalho voluntário nas UCs;</p> <p>VI. Tornar os voluntários potenciais multiplicadores da conservação e proteção do meio ambiente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar informações gerais aos visitantes; • Aplicar técnicas de manejo e ordenamento da visitação pública; • Auxiliar em projetos de educação e interpretação ambiental e pesquisas que contribuam para manutenção da UC e seus recursos naturais; • Auxiliar a criação, manutenção e monitoramento de trilhas; • Sensibilizar as comunidades do entorno sobre as práticas de proteção, preservação e conservação dos recursos naturais; • Identificar focos de incêndio e outros incidentes, bem como fazer parte de grupos de resgate ou combate a incêndios; • Auxiliar na realização de projetos de manejo de recursos naturais na UC e entorno; • Fotografar, filmar, organizar e catalogar arquivos de fotos; • Organizar e participar de mutirões ambientais; • Atividades específicas e inerentes a cada UC. 	<ul style="list-style-type: none"> • Edital de chamamento que é publicado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) na página eletrônica do Programa; • Envio de proposta de trabalho para o período e UC que deseja, mesmo não havendo edital publicado; • Cadastro de morador local, do interior ou do entorno das UCs, que poderão participar do Programa como voluntários permanentes.

Programa / Estado	Objetivos do Programa	Atividades a Serem Desenvolvidas Pelos Voluntários	Como Ingressar no Programa
Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação / Minas Gerais ¹⁹	<p>I. Promover, incentivar e valorizar o trabalho voluntário nas UCs;</p> <p>II. Sistematizar a demanda de trabalho voluntário nas UCs;</p> <p>III. Propiciar interação entre os voluntários e profissionais das UCs quanto às experiências e ações na área ambiental, na busca de soluções coletivas de proteção e conservação dos recursos naturais;</p> <p>IV. Contribuir para a formação ética e cidadã do voluntário, potencializando a formação técnica e científica dos cidadãos interessados em atuar na questão ambiental;</p> <p>V. Tornar os voluntários potenciais multiplicadores da conservação e proteção do meio ambiente.</p> <p>VI. Promover atividades de capacitação e preparação de voluntários e entidades do terceiro setor;</p> <p>VII. Desenvolver plataforma própria, visando conectar as demandas das UCs e dos voluntários;</p> <p>VIII. Realizar seminários, conferências, fóruns e debates públicos para a discussão do tema do voluntariado com a sociedade;</p> <p>IX. Realizar parcerias com universidades, instituições de ensino e conselhos profissionais para fomento à participação de jovens estudantes e profissionais em ações de voluntariado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manejo para conservação; • Pesquisa e monitoramento; • Uso público e negócios; • Consolidação territorial; • Produção e uso sustentável; • Proteção ambiental; • Comunicação e educação ambiental; • Tecnologia e informação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Edital de chamamento público durante período determinado publicado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), na página eletrônica do Programa; • Inscrição, a qualquer momento, com apresentação de proposta de trabalho e período que pretende atuar, mediante preenchimento de formulário próprio disponível na página eletrônica do IEF.

¹⁸ <https://iema.es.gov.br/pvuc-programa-de-voluntariado-em-unidades-de-conservacao>

¹⁹ <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/2758-programa-de-voluntariado-em-unidades-de-conservacao-do-ief>

Programa / Estado	Objetivos do Programa	Atividades a Serem Desenvolvidas Pelos Voluntários	Como Ingressar no Programa
Programa Agente Voluntário Ambiental (AVA) / Ceará ²⁰	<ol style="list-style-type: none"> I. Proporcionar a cooperação entre sociedade civil e a gestão pública buscando soluções em grupo para a conservação e proteção da UC; II. Planejar e estabelecer ações de orientação e controle de visitantes na UC; III. Articular a oferta de trabalho voluntário da UC e suas principais demandas; IV. Favorecer a interação entre comunidade, voluntários e os profissionais da Unidade quanto às experiências e ações de sua gestão; V. Auxiliar a formação ética e cidadã do voluntário, fortalecendo a formação técnica e científica dos cidadãos interessados em atuar na questão ambiental; VI. Promover, estimular e engrandecer o trabalho voluntário nas UCs estadual; VII. Transformar os voluntários em potenciais multiplicadores na proteção do meio ambiente e apoiadores das UCs. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de informações aos visitantes; • Desenvolvimento de projetos de educação ambiental e pesquisa; • Manutenção de trilhas e instalações; • Apoio as populações no entorno das UCs; • Trabalhos administrativos nas sedes das UCs; • Brigadas de incêndios; • Busca e resgate; • Recuperação de áreas degradadas / manejo de exóticas; • Auxiliar na implementação de projetos de manejo das UCs. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de proposta para o desenvolvimento de atividades na UC que pretende atuar, discriminando datas e horários disponíveis; • Edital de chamamento publicado na página eletrônica do Programa.

Em sua maioria, as linhas de atuação dos voluntários nos estados estão alinhados ao artigo 6º da Instrução Normativa nº 3, de 10 de maio de 2016²² do ICMBio, direcionando o trabalho as seguintes áreas temáticas: I - o manejo para conservação; II - pesquisa e monitoramento; III - gestão socioambiental; IV - uso público e negócios; V - consolidação territorial; VI - produção e uso sustentável; VII - proteção ambiental; VIII - comunicação; e IX - administração.

Os quatro programas em questão, trazem os editais de chamamento como a principal forma de ingressar ao Programa. Quando as vagas são divulgadas por editais de chamamento, em geral, são informadas as UCs disponíveis para o voluntariado, as atividades específicas que deverão ser realizadas, o número de vagas para cada temática de atuação, além de indicar como será realizado o processo seletivo.

Programa / Estado	Objetivos do Programa	Atividades a Serem Desenvolvidas Pelos Voluntários	Como Ingressar no Programa
Programa Voluntário Pela Natureza / Tocantins ²¹	<ol style="list-style-type: none"> I. Aproximar a sociedade do cotidiano das UCs, promovendo maior sensibilização para conservação da biodiversidade por meio da ação voluntária e do reconhecimento público dessa contribuição; II. Promover, incentivar e valorizar o trabalho voluntário nas UCs, contribuindo com a gestão destas; III. Articular a oferta e a demanda de trabalho voluntário nas UCs; IV. Promover intercâmbio de experiências e ações entre os interessados em atuar na questão ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar informações aos visitantes; • Auxiliar no monitoramento da conduta dos visitantes, garantindo o cumprimento das normas de visitação; • Desenvolver atividades de educação socioambiental e auxiliar nas pesquisas quando necessário; • Apoiar o serviço de manutenção e recuperação de trilhas e sinalizações; • Apoiar trabalhos administrativos; • Apoiar a equipe de brigadistas de acordo com atribuições das UCs; • Auxiliar na implementação de projetos de manejo das UCs. 	<ul style="list-style-type: none"> • Edital publicado pela Naturatins na página eletrônica do Programa.

No caso dos programas dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Ceará, os interessados também podem enviar propostas de trabalho, especificando a UC onde pretender desenvolver o projeto, as atividades a serem realizadas, o período que pretende trabalhar e a quantidade de horas disponíveis. Neste caso, o voluntário deverá aguardar um retorno da gestão da UC e a aprovação de sua proposta.

O programa de voluntariado do Espírito Santo é o único que traz a modalidade de cadastro de morador

local do interior ou do entorno das UCs, como voluntário permanente, onde este pode ser convidado a qualquer momento para apoiar atividades na UC.

Outros Estados contam com ações de voluntariado em UCs, mas sem a disponibilização de informações acessíveis como nos exemplos citados no momento em que essa pesquisa foi realizada. Cabe pontuar, que entre as iniciativas pontuais identificadas nos diversos estados, a maioria parece estar ligada a brigadas de incêndio voluntárias e educação ambiental.

²⁰ <https://www.sema.ce.gov.br/programa-agente-voluntario-ambiental-ava/>

²¹ <https://naturatins.to.gov.br/protocolo-e-servicos/diretoria-de-biodiversidade-e-areas-protetidas/diretoria-de-biodiversidade-e-areas-protetidas/gerencia-das-unidades-de-conservacao---parques-estaduais-e-monumento-natural-/gerencia-das-unidades-de-conservacao---parques-estaduais-e-monumento-natural-programa-voluntario-pela-natureza---naturatins/>

²² https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/ICMBio_DCOM_IN_03_2016_voluntariado.pdf



3

O Programa de Voluntariado do ICMBio e Seu Processo de Reestruturação

Com a criação do ICMBio, em 2007, foi transferido do IBAMA para esta nova autarquia a responsabilidade sobre as UCs federais. Dentro do órgão, inicialmente, o voluntariado foi chamado de Programa Nacional de Voluntariado (PNV). Segundo os próprios técnicos do ICMBio²³ que trabalharam no início do Programa, o objetivo do PNV era focado na falta de capital humano dentro das UCs. Como muitas áreas protegidas não tinham gestores suficientes, o Programa tinha o foco de atrair voluntários para apoiar nas ações de monitoramento ou mesmo emergências ambientais (Dau e Oliveira, 2015).

No intuito de impulsionar o voluntariado, em 2009, foi publicada uma nova Instrução Normativa (IN nº 03/2009). Ali, o órgão definiu as atividades de voluntariado, estabelecendo as diretrizes, as normas e os procedimentos do Programa, que nesse momento foi rebatizado como Programa de Voluntariado. O Programa teve um maior número de vagas e linhas de ação, envolvendo atividades vinculadas à pesquisa da biodiversidade e ao uso público. As linhas de ação previstas eram: I - o manejo para conservação; II - a pesquisa e monitoramento; III - a gestão socioambiental; IV - o uso público e negócios; V - a consolidação territorial; VI - a produção e uso sustentável; e VII - a proteção ambiental²⁴.

Mesmo com a nova IN, por alguns anos, o Programa não teve o alcance esperado. Segundo os técnicos do ICMBio não é possível precisar o número de voluntários entre 2009 e 2015, com o registro de experiências de mais de cinco mil voluntários, mas apenas com estimava de 700 voluntários formalmente cadastrados. Um ponto importante, no entanto, é a invisibilidade de muitos dos voluntários da época. Algumas UCs como os Parques Nacionais Chapada dos Guimarães, Tijuca, Marinho de Fernando de Noronha e a Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim, tinham programas bem estabelecidos de voluntariado e recebiam centenas de pessoas todos os anos. Esses dados, infelizmente, não eram contabilizados pelo sistema do órgão, uma vez que as ações eram coordenadas diretamente pelas UCs, sem envolver ou se reportar à sede do ICMBio de forma sistemática.

Em maio de 2015, o Programa passou a ser rediscutido dentro do ICMBio. Na época, a nova diretoria via o Programa como chave para aproximar as UCs da sociedade. O objetivo era olhar o voluntariado como uma estratégia que iria além da simples ampliação de capital humano. Ele deveria ser visto como uma importante estratégia de envolvimento da sociedade na conservação da sociobiodiversidade e na gestão das UCs, estimulando a prática da cidadania e contribuindo para alcançar os objetivos estratégicos do ICMBio.

O novo direcionamento institucional, associado às parcerias que foram estabelecidas a nível nacional, também permitiu a realização de algumas importantes ações estruturantes para o Programa. No entanto para realizar as mudanças necessárias no Programa e alcançar novos objetivos com o voluntariado, era preciso uma nova instrução normativa. Algo que conseguisse integrar, desde o seu nascimento, a ideia de união entre a sociedade e as UCs do Brasil.

²³ Diversos técnicos do ICMBio forneceram informações para a elaboração dessa publicação.

²⁴ https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/DCOM_Instrucao_Normativa_03_de_10_de_maio_de_2016.pdf

3.1 A Instrução Normativa nº 03/2016

A construção da nova IN foi feita de maneira coletiva e participativa. O processo reuniu diferentes atores que tinham experiência com voluntariado no Brasil e em outros países. Também contou com a participação dos gestores, voluntários e dos parceiros do ICMBio. O objetivo foi reunir as diferentes visões e possibilidades que um programa de voluntariado poderia ter. A nova IN foi publicada em março de 2016 (IN nº 03/2016)²⁵.

Primeiramente, a nova IN expandiu as possibilidades de ação dos voluntários, considerando: 1) o manejo para conservação; 2) pesquisa e monitoramento; 3) gestão socioambiental; 4) uso público e negócios; 5) consolidação territorial; 6) produção e uso sustentável; 7) proteção ambiental; 8) comunicação; e 9) administração. Outro ponto importante foi a inclusão de outras unidades organizacionais (UO). Embora pareça algo simples, isso permitiu que os voluntários atuassem em qualquer unidade do ICMBio, ou seja, UCs, centros de pesquisas e sede da instituição. A IN também possibilitou a criação de chamadas específicas, como por exemplo, para a realização de mutirões.

Por fim, a nova IN melhor caracterizou a parceria com entes privados, permitindo que empresas ou outras instituições com fins lucrativos também atuassem como agentes voluntários. Assim, por exemplo, permitiu que empresas se dispusessem a ajudar na construção de uma casa de apoio, ou mesmo ceder funcionários para auxiliarem em mutirões de coleta de dados.

Vale destacar a mudança da coordenação nacional, que ficava a cargo da Coordenação Geral de Proteção (CGPRO), e passou a ser realizada pela Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM), vinculada à Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT). Esta transição possibilitou uma nova perspectiva em relação ao voluntariado dentro do Instituto.

Para orientar e incentivar as unidades organizacionais a buscarem parcerias regionais e locais, o ICMBio estabeleceu modelos de acordo de cooperação. Os modelos foram criados a partir do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei nº 13.019/2014). O IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas e o WWF-Brasil foram alguns dos parceiros que ajudaram na elaboração da IN e apoiam a coordenação nacional do Programa.



FOTO: DENISE ANTONIA EBERHARDT. PARNA SÃO JOAQUIM.

²⁵ <http://www.icmbio.gov.br/portal/videos/24-legislacao/instrucoes-normativas/115-instrucoes-normativas>

A Dimensão Política do Voluntariado Como Estratégia de Conservação da Biodiversidade

Paulo Roberto Russo

O trabalho voluntário em áreas protegidas é uma tradição em diversos países, como Estados Unidos, Itália e Nova Zelândia, onde os voluntários são os principais responsáveis por atividades estratégicas à gestão operacional dessas áreas, como a manutenção dos sistemas de trilhas e o auxílio no acolhimento dos visitantes.

Não importa o continente, o que vem se observando é que o voluntariado beneficia não somente a organização receptora, mas também beneficia quem atua na ação voluntária. Os benefícios para os voluntários ficam evidentes através de uma grande variedade de formas. Para os idosos, o contato social, o exercício físico e o ato de partilhar suas experiências pessoais são aspectos valiosos, enquanto para os grupos etários mais jovens, os benefícios advindos do voluntariado são outros, incluindo o próprio desenvolvimento profissional, o aumento da autoconfiança e a melhoria na habilidade de comunicação.

O voluntariado, embora seja uma prática antiga, apresenta-se nos dias de hoje de forma muito distinta das ações de caridade que predominavam até algumas décadas. Vem assumindo uma proposta de transformação social no lugar do assistencialismo. A partir da década de 1970, com a influência dos movimentos de direitos humanos, civis e sociais, o voluntariado, fortemente orientado pela noção de caridade e mobilizado por instituições religiosas, passa por um processo de ressignificação, se tornando uma ação visando o bem público.

A partir dessa década surge uma pluralidade de modalidades através das quais se expressa a ação voluntária, sendo que o próprio movimento ambientalista, que também é impulsionado nesse momento da história, ganha escala com os voluntários dispostos a lutar em prol de um modelo de desenvolvimento ambientalmente mais saudável e socialmente justo.

Essa vertente do voluntariado, um “voluntariado ambiental”, possui como uma de suas principais características, aprimorar nos voluntários o conhecimento sobre questões e problemas ambientais, trazendo a sensação de fazer parte de algo importante em diversas escalas, ajudando assim, pessoas de seu convívio e, ao mesmo tempo, outras situadas nas mais diversas regiões do planeta.

Portanto, essa modalidade de voluntariado se alicerça num comprometimento solidário. Contudo, deve-se destacar que esta “solidariedade” não visa substituir o Estado no seu compromisso público. Este é um dos estereótipos que acompanha o voluntariado, o de representar um simples acréscimo de mão-de-obra, transferindo diretamente à sociedade o esforço de cobrir lacunas de competência do Estado.

O voluntariado vem se transformando no Brasil e ganhando novos valores no contexto da redefinição do papel do próprio Estado, que a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 teve assegurados os direitos individuais e o exercício da cidadania, esta última entendida como a possibilidade de intervir de forma ativa na definição de políticas públicas. É exatamente para esta dimensão política que vem trilhando o voluntariado.

Um voluntariado que não representa uma proposta de retirada do Estado e de suas políticas sociais. Que diferente disso aponta para uma sinergia de esforços em consonância com o art. 225 da Constituição, que diz “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Portanto, também cabe à “coletividade” a responsabilidade pela gestão ambiental, pondo o voluntariado como uma estratégia de engajamento da sociedade frente a este desafio.

Para que este voluntariado represente de fato a ampliação da participação social na gestão da biodiversidade deve ser compreendido e tratado dentro, justamente, de sua dimensão política e como um processo formativo.

No âmbito da dimensão política, a solidariedade adquire tons diferentes de simplesmente se dedicar parte de seu tempo a uma boa causa, “contribuir para um mundo melhor”, para ser uma solidariedade comprometida, que visa a transformação social na busca de políticas públicas democráticas e equitativas, contribuindo assim na construção das condições necessárias ao cumprimento dos compromissos do Estado.

Para alcançar esta dimensão política é necessário focar na dimensão cognitiva dos voluntários, no sentido de aflorar a consciência de deveres e do senso de pertencimento à “coletividade”, que não é homogênea no modo de apropriação dos recursos naturais e na forma de responder às externalidades negativas, uma coletividade marcada por uma relação assimétrica de poder onde alguns grupos sociais influenciam mais do que outros no processo de ocupação dos territórios e, consequentemente, no processo de conversão de ecossistemas.

Portanto, os voluntários necessitam ser capacitados para se tornarem agentes qualificados para ajudarem na promoção da gestão pública da biodiversidade, pois muito dos ideais que defendem têm estreita relação com a necessária superação de um modelo de sociedade desigual, que resulta em degradação ambiental e na perda de biodiversidade.

Esta tem sido a direção seguida pelo Programa de Voluntariado do ICMBio, desde sua implementação em 2009, pois os diversos campos de ação de atuação dos voluntários (pesquisa, visitação, comunicação, educação ambiental e proteção), precisam estar alinhados com a missão da instituição: “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”. Este alinhamento somente se dará através da compreensão de que o “desenvolvimento” almejado na missão não é qualquer modelo de desenvolvimento, trata-se de um “desenvolvimento socioambiental”, conceito que traz no seu cerne a valorização da participação social, o diálogo interinstitucional e o desenvolvimento de estratégias integradas de gestão territorial e da biodiversidade.

A própria “proteção” que também consta na missão do Instituto não deve ser reduzida ao entendimento de “fiscalização ostensiva”. O voluntariado tem muito a contribuir nesse sentido através de sua dimensão política. O voluntário, uma vez capacitado e tendo sua vivência enriquecida com este diálogo junto à gestão da biodiversidade, seja pelas ações exercidas numa unidade de conservação ou num centro de pesquisa, em seguida, retornará para os outros coletivos que faz parte (família, trabalho, associação, cooperativa etc.) e levará o que aprendeu para esses espaços, sensibilizando mais pessoas em prol da conservação. Vale salientar que suas “mãos” são necessárias para fortalecer a implementação de diversas ações, mãos que se unem à dos gestores e a de outros grupos e instituições estratégicos... tecendo novas possibilidades... tecendo esperança.

3.2 Planejamento Estratégico do Programa de Voluntariado

Para garantir a implementação do Programa de Voluntariado estabelecido pela IN nº 03/2016, em agosto de 2016, foi criado um grupo de trabalho e realizado um encontro na Academia Nacional da Biodiversidade (ACADEBio²⁶) que contou com a presença de gestores, voluntários e parceiros do ICMBio. Participaram dessa discussão representantes do PARNA Marinho de Fernando de Noronha, PARNA da Serra do Cipó, APA Guapi-Mirim, PARNA Serra da Bodoquena, Fundação Grupo O Boticário, SOS Mata Atlântica, WWF e IPÊ.

Durante o evento, a partir da ferramenta CANVAS, foi realizado o planejamento estratégico do Programa. Esse exercício permitiu uma maior clareza com relação aos objetivos estratégicos do Programa e suas ações prioritárias, as expectativas quanto a sua implementação e os recursos e

parcerias necessárias. Ao final foi estabelecido que o propósito do Programa seria: “promover o engajamento da sociedade na conservação da biodiversidade por meio da ação voluntária e do reconhecimento público dessa contribuição” (ICMBio, 2017).

Esse trabalho, realizado em conjunto, permitiu que a equipe do ICMBio e seus parceiros tivessem clareza sobre os rumos do Programa e que os esforços fossem o mais complementares e sinérgicos possíveis.

Para fazer com que todas estas ações fossem colocadas em prática, foi criado por meio do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, o Serviço de Apoio ao Programa de Voluntariado (SEVOL/ICMBio), vinculado a Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA). O SEVOL apoia, tecnicamente, as UOs para que seja implementado o Programa.

Atividades-chave <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e implantar plano de comunicação • Elaborar guia do gestor e caderno do voluntário • Promover capacitação • Criar espaços para trocas de experiências • Mapear e sistematizar informações e experiências • Implantar o sistema de gerenciamento da PNV de forma colaborativa • Disponibilizar e viabilizar a aquisição de insumos • Desenvolver mecanismos de valorização e reconhecimento da contribuição do voluntário • Definir mecanismos de formalização de parcerias com diferentes atores e níveis de governança, disponibilizando modelos • Definir de forma colaborativa os mecanismos financeiros para garantir a continuidade do Programa • Operacionalizar os fluxos internos do Programa, garantindo transparência e agilidade 	Propósito <ul style="list-style-type: none"> • Promover o engajamento da sociedade na conservação da biodiversidade por meio da ação voluntária e do reconhecimento público dessa contribuição 	Beneficiários <ul style="list-style-type: none"> • Benefícios internos: Unidades organizacionais do ICMBio • Beneficiários externos: Futuros voluntários, Potenciais voluntários
Recursos-chave <ul style="list-style-type: none"> • Iniciativa e criatividade! • Coordenação do PNV na sede • Comitê de assessoramento técnico • Ponto focal do PNV na UO • Comunidade de aprendizagem • Sites das UC funcionando e de fácil atualização • Guia do gestor • Informação sistematizada • Mapa interativo das UO aderidas • Programa de capacitação • EPI e uniforme para o voluntário • Projeto ou Plano de Trabalho • Seguro 	Objetivos estratégicos <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a experiência oferecida ao voluntário do ICMBio • Estabelecer um programa de formação para gestores e voluntários • Promover a adesão das UO ao PNV de forma integrada e sistematizada • Realizar comunicação interna e externa eficiente • Aumentar o número de voluntários • Assegurar a gestão da informação sobre voluntariado • Estabelecer parcerias e fazer funcionar mecanismos de sustentabilidade financeira 	Expectativas <ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes claras para implantação do voluntariado • Força de trabalho • Menor burocracia possível • Orientações para estabelecimento de parcerias • Redução de conflitos • Institucionalização do voluntariado • Meios para viabilizar o trabalho voluntário • Viabilizar possibilidades de ações de interesse próprio (trilhas, religiões, pesquisa, visitação etc.) • Ser acolhido • Meios para exercer o trabalho voluntário • Reconhecimento institucional do voluntário • Formação profissional • Reconhecimento social
Parcerias-chave <ul style="list-style-type: none"> • SOS Mata Atlântica • WWF-Brasil • Fund. O Boticário • IPÊ • Inst. Semeia • Coalizão Pró-UC • Bradesco Seguros • BB Seguros • Porto Seguro • Fund. Banco do Brasil • Funbio • GI/KfW • Fundo Amazônia • Fund. Toyota • USAID/USFS • Cruz Vermelha • CBME • ABETA • UEB • UNB (CDS) • PUC Marista • Jardim Botânico • Rede Biomar • EXT. Univ. do MEC 	Indicadores e metas <ul style="list-style-type: none"> • A serem definidos pela Coordenação do PNV 	Canais <ul style="list-style-type: none"> • Portal do Voluntariado • Sistema com acesso para gestores • Guia do PNV • Identidade visual • Caderno do voluntário • Parcerias com instituições estratégicas • Canais mobile (redes sociais e aplicativos) • Rádios • Editais internos e externos • Processo formativo direcionado • Avaliação sistematizada • ICMBio em FOCO • Aproximação com grupos estratégicos não alinhados
Custos <ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura de alojamento, alimentação, transporte • Serviço de apoio às ações voluntárias • Uniforme, EPI, crachá • Seguro • Desenvolvimento, manutenção e assistência de sistemas (TI) • Capacitação de gestores e voluntários • Publicações, material de divulgação • Promoção da fidelização 	Fonte de receitas <ul style="list-style-type: none"> • Emendas parlamentares • Fundo Fiduciário • Doações nacionais e internacionais • LOA • Fundo Amazônia • Compensação ambiental • Parcerias locais • Concessionários (contratos) • Condicionantes de licenciamento • Transação penal • TAC 	

²⁶ A ACADEBIO visa atender o ICMBio na formação e capacitação de seus quadros e de instituições parceiras.

3.3 Plano de Comunicação

Em setembro de 2016, foi estruturado um plano de comunicação do Programa baseado em seus objetivos estratégicos e em seu propósito de promover o engajamento da sociedade, na conservação da biodiversidade, por meio da ação voluntária e do reconhecimento público dessa contribuição. Algumas premissas básicas foram estabelecidas como: reconhecer o caminho já percorrido; a abrangência nacional do Programa; a diversidade de motivações e regiões de origem dos voluntários; o voluntariado é movido a paixão/cuidado/amor a uma causa; a diversidade de idade, cultura, condição social e interface com as áreas protegidas dos voluntários; a importância de estimular os gestores a adesão ao Programa; o envolvimento de moradores beneficiários da UC e do seu entorno é fundamental e a marca do Programa deve ser facilmente relacionada com o ICMBio.

Entre os desafios, estava a aproximação da sociedade e a criação de relacionamento com esse público, a criação de uma marca forte, que gerasse pertencimento, e a criação de oportunidades de capacitação e troca de conhecimento entre os envolvidos. Para isto, uma série de ações foram planejadas e implementadas como descrito a seguir.

Diante deste cenário, as estratégias propostas para o primeiro ano do plano, intitulado de fase de estruturação, foi promover o engajamento por meio da divulgação de experiências de voluntários e gestores, a aproximação com potenciais parceiros, as trocas de experiências de boas práticas na implementação do Programa e reconhecer gestores e voluntários que tiveram destaque no Programa.

As ações desenvolvidas e implantadas em resposta as estratégias foram:

- a produção de vídeos institucionais para difundir e promover o voluntariado;
- a elaboração de uma nova identidade visual;
- a produção de guias de orientação para o gestor e para o voluntário;
- a confecção de uniformes para os voluntários do Programa;
- a criação da coluna “Voluntariado” dentro do ICMBio em FOCO (revista eletrônica interna do ICMBio) e elaboração de uma edição exclusiva para o voluntariado.



FOTO: MARTIM GARCIA

FOTO: MARTIM GARCIA



Nossa inspiração, como não poderia deixar de ser, veio diretamente da natureza. Mas de uma visão muito particular da natureza: como foi retratada por Henri Matisse.



3.3.1. O Programa Como Canal de Diálogo

A reformulação da identidade do Programa teve o objetivo de vincular, claramente, a identidade visual do Programa de Voluntariado ao ICMBio, considerando o potencial de expandi-lo para todas as unidades organizacionais geridas pela instituição. Todo o processo de criação estava alinhado ao propósito do Programa, mas também considerando seu histórico e caminhos já percorridos.

A marca foi inspirada na ideia de que o voluntariado é feito por diversas mãos, que são os instrumentos de ação. Elas são ferramentas de intervenção no mundo. Através delas temos o poder de realizar a mudança. Quando erguidas em conjunto numa causa comum, seu poder se multiplica. E quando unidas, são mais fortes.

Baseado na obra de colagens de Henri Matisse “Cut-Outs”, os designers responsáveis criaram uma imagem que mostra uma mão em que os dedos vão se espalhando pelo mapa do Brasil, como se entrelaçasse todas as mãos para fortalecer a conservação da natureza.

O desenvolvimento da nova marca foi apoiado pelo IPÊ, através da contratação da agência Ana Laet²⁷ e da assessoria de relacionamento e comunicação do IPÊ, Cibele Tarraço Castro, que destaca que “os estudos foram realizados com base em premissas que refletem o potencial do Programa. Internamente identificamos que o Programa precisava ser reconhecido, facilmente, como uma atividade do ICMBio, expressar sua dimensão nacional, trazer a paixão, o cuidado e o amor que movem os voluntários do Instituto e sua diversidade, além da colaboração necessária entre diversos atores que juntos fazem o Programa acontecer”.

Além da produção do manual de aplicação da marca, para a orientação das UOs do ICMBio, foi realizado um estudo de aplicação da identidade e conceito, em peças que montaram um enxoval do programa, bem como o novo desenho da confecção de uniformes para os voluntários do Programa.

²⁷ A agência Ana Laet Comunicação, foi responsável pelo desenvolvimento da nova identidade diante do briefing e da estratégia desenvolvida pela equipe envolvida na reestruturação do Programa.

3.3.2. A Produção de Vídeos Institucionais

Durante o mês de setembro de 2016, foi elaborada uma pesquisa junto a Divisão de Gestão Participativa (DGPAR/ICMBio) com o objetivo de identificar as UCs e centros de pesquisas com experiências e boas práticas de voluntariado que poderiam ser visitadas e difundidas. Buscou-se contemplar a maior variedade de linhas temáticas, de atividades, de UOs, de biomas e regiões do país, além de valorizar o caminho percorrido e os resultados alcançados pelo Programa até aquele período, pois a reestruturação estava acontecendo na sede, mas muitas unidades já tinham experiências inspiradoras a serem compartilhadas.

Com o apoio técnico e financeiro do IPÊ e do WWF, teve início o processo de construção desses materiais com a elaboração de um roteiro de visitas para a expedição do voluntariado que pretendia compreender como estava sendo implementado e qual

sua dimensão, quais resultados estava alcançando exemplos de atuação desses voluntários. Além disso, a ideia era estimular a troca de experiências de boas práticas do Programa, reconhecer e dar visibilidade aos gestores e voluntários envolvidos.

O objetivo era produzir uma série de materiais audiovisuais, entre eles: I. um vídeo institucional do Programa Nacional de Voluntariado, de até 5 minutos; II. Um vídeo promocional, curto para as redes sociais; III. Um vídeo da experiência dos voluntários; IV. 9 pílulas com enfoque na experiência dos voluntários nas unidades de conservação selecionadas, com o objetivo de compartilhar e inspirar a participação/adesão de novos voluntários; V. 2 cases que relatam o desenvolvimento do Programa nessas respectivas unidades e o impacto dos resultados localmente e; VI. 1 vídeo de lançamento do novo Sistema de Cadastro do Programa com uma chamada para o cadastro.



IPÊ | MOSUC - Voluntariado ICMBio - Vídeo Institucional (versão em inglês)

As UOs visitadas foram os Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros (GO), da Serra da Biodonha (MS), Marinho dos Abrolhos (BA) e da Tijuca (RJ), Reserva Extrativista Arapixi (AM), Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim e Estação Ecológica da Guanabara (RJ), Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves e seu trabalho em Curaça e Juazeiro (BA) e Reserva Biológica do Rio Trombetas (PA). Essas visitas, além da gravação dos vídeos, permitiram que a equipe da coordenação do Programa entendesse melhor o voluntariado e os voluntários, contemplando toda sua diversidade.

Os vídeos elaborados mostram que qualquer pessoa pode ser um voluntário do ICMBio, tanto das UCs como em qualquer outra UO. Para isso, foram compartilhadas experiências que contemplassem uma diversidade de biomas e públicos, e o caminho percorrido pelo Programa. Além disso, esse material serve de apoio a gestão de conhecimento das unidades e à processos formativos sobre o Programa.

Até o começo de 2019, já tinham sido criados 18 vídeos. Os vídeos podem ser acessados pela página do ICMBio: <http://www.icmbio.gov.br/portal/sejaumvoluntario> e pelo canal do IPÊ no YouTube <https://bit.ly/2Gmd8i1>, e até agosto de 2020, já contabilizam mais de 34 mil visualizações.

3.3.3. Guias de Orientação do Programa

Em setembro de 2016, foi realizada a primeira oficina para estruturação inicial dos Guias do Gestor e do Voluntário do ICMBio. Houveram mais quatro oficinas que reuniram os servidores do ICMBio de várias UCs e coordenações da sede, os voluntários e os representantes do IPÊ, além de acolher a contribuição de conteúdo e de sugestões, por e-mail, de diversas unidades. Um trabalho realizado por diversas mãos, que resultou nos dois guias orientadores do Programa:



Guia do Gestor

O Guia do Gestor foi desenvolvido para orientar o planejamento e a implementação do Programa Nacional do Voluntariado nas UOs do ICMBio, com uma linguagem dinâmica e de fácil apresentação. A publicação institucional apresenta em seu conteúdo informações sobre planejamento e adesão ao Programa, mobilização, seleção e treinamento.



Guia do Voluntário

O Guia do Voluntário traz orientações sobre seu papel, atribuições, limitações de atuação e atitudes como um representante da instituição, além de empoderá-los qualificando sua atuação junto à gestão ambiental pública.

Os guias podem ser acessados na página do ICMBio: <http://www.icmbio.gov.br/portal/sejaumvoluntario> e também no relatório online do Projeto MOSUC: <https://bit.ly/34UJMRU>



3.3.4. Desenvolvimento dos Uniformes

Com o objetivo de difundir a nova identidade, apoiar a identificação dos voluntários em campo e estimular as adesões ao Programa, o IPÊ e o WWF apoiaram o desenvolvimento e distribuição dos uniformes (colete dos voluntários, colete dos coordenadores e bonés) aos participantes.

3.3.5. Datas que Celebram o Voluntariado

Dentro do plano de comunicação, outra ação desenvolvida foi a inclusão, no calendário oficial do ICMBio, do Dia Internacional do Voluntariado (5 de dezembro) e também do Dia Nacional do Voluntário no dia 28 de agosto, aniversário do ICMBio, com objetivo de estimular os envolvidos com o Programa, celebrando o envolvimento e o apoio dos voluntários na conservação da natureza no Brasil.

Nestas datas, o Programa tem sido lembrado com a divulgação de informações e lançamento de vídeos, concursos fotográficos e publicações, por exemplo, o lançamento da revista ICMBio em FOCO especial, em dezembro de 2016, com um balanço do Programa até aquele ano. E este processo trouxe um aprendizado muito grande, de que celebrar os momentos e as pessoas que estão voluntariamente se doando, é fundamental.

3.4 Realização do “Seminário de Voluntariado do ICMBio – Experiências Internacionais de Voluntariado em Áreas Protegidas” e da “Oficina de Boas Práticas em Voluntariado no ICMBio”

No intuito de reunir e trocar experiências entre aqueles que estavam participando da reestruturação do Programa e aqueles que já trabalhavam com o voluntariado no Brasil e em outros países, ou que tinham interesse no tema, foi realizado entre os dias 18 e 20 de julho de 2017, o “1º Seminário de Voluntariado do ICMBio” e a “Oficina de Boas Práticas em Voluntariado”, com a parceria do IPÊ, WWF-Brasil e Serviço Florestal dos Estados Unidos/USAID e apoio da GIZ, Programa ARPA, GEF-MAR e SOS Mata Atlântica.

O objetivo principal era, a partir das diferentes visões dos gestores, voluntários, técnicos e parceiros etc., conhecer e valorizar as experiências de voluntariado, realizar intercâmbios de boas práticas e celebrar a importância do comprometimento do voluntário.



FOTOS: MARTIM GARCIA

Ao todo, 180 pessoas participaram e juntos, trouxeram diferentes visões sobre o voluntariado. O saldo do Seminário e da Oficina foi considerado muito positivo pelos organizadores, pois foi possível discutir a relevância do voluntariado em nível nacional e internacional, promover a aproximação com potenciais parceiros (instituições internacionais, empresas, ONGs e entre outros) e trocar experiências de boas práticas na implementação do Programa, além de reconhecer e ressaltar a importância de gestores e voluntários que apoiam a ampliação do Voluntariado ICMBio.

A Oficina de Boas Práticas em Voluntariado contou com a participação de 95 pessoas e foi a oportunidade de discutir alguns temas considerados estratégicos pelo Programa, aproveitando a experiência e conhecimento dos participantes, com o compartilhamento de 26 boas práticas. Esta iniciativa foi fundamental para o Programa e para a gestão do conhecimento presente nas UCs.

Entre os principais resultados dessas experiências, destacaram-se a oportunidade de ampliar o envolvimento com as comunidades locais e o fortalecimento da gestão participativa, bem como a oportunidade de capacitação, da divulgação das unidades e do ICMBio e de engajamento dos envolvidos para a conservação. No entanto, alguns desafios também chamaram a atenção, tais como a necessidade de recursos para o fortalecimento do Programa e de aprimorar aspectos da segurança dos voluntários, a falta de tempo e de capacitação dos gestores para a implementação do Programa nas UOs, e a necessidade de estratégias de capacitação e manutenção da motivação e engajamento dos voluntários.

A oficina também promoveu o intercâmbio entre os participantes em oficinas temáticas, que visaram avançar e aprofundar as discussões sobre os seguintes temas: I. Manejo e Sinalização de Trilhas; II. Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade; III. Brigadas Voluntárias; IV. Educação Ambiental; e V. Ações Estruturantes do Programa. A seguir são apresentados alguns dos resultados dos trabalhos realizados.



FOTOS: MARTIM GARCIA





FOTOS: MARTIM GARCIA



I Seminário
Voluntariado
ICMBio



I Seminário
Voluntariado
ICMBio

I Seminário Voluntariado ICMBio

Experiências Internacionais de Voluntariado em Áreas Protegidas
Oficina de Boas Práticas em Voluntariado no ICMBio

O Voluntariado Como Estratégia de Implementação de Trilhas de Longo Percurso e Conectividade das Áreas Protegidas

Pedro da Cunha e Menezes

Em fevereiro de 2017, a inauguração da Trilha Transcarioca, reforçada pela criação oficial da Rede Brasileira de Trilhas pelos ministérios do Meio Ambiente, do Turismo e pelo ICMBio, em outubro de 2018, trouxe ao cenário brasileiro uma nova ferramenta de engajamento da sociedade e de conservação: a Trilha de Longo Curso. Se bem manejado, esse equipamento de visitação produz quatro grandes resultados: (1) conectividade de paisagens; (2) geração de emprego e renda; (3) recreação em contato com a natureza e (4) pertencimento.

Para que a conectividade aconteça os outros três pilares têm que estar funcionando. Como bem mostram os resultados do National Trails System dos Estados Unidos, onde somente a Appalachian Trail conta com cerca de seis mil voluntários que doam, aproximadamente, 240 mil horas de trabalho anual para a Trilha, é a força cidadã, expressa por meio do trabalho voluntário que cria a pressão política necessária para que haja a conversão do uso da terra, sem a qual uma nesga de pasto ou uma faixa de plantação nunca se transformariam em uma trilha reflorestada que funciona como conector de paisagens entre UCs. Uma vez criada essa força política, o uso recreativo das trilhas vem junto, com a consequente geração de emprego e renda, por meio de serviços de hospedagem, alimentação, transporte, guiagem, venda de equipamentos entre outros.

A Rede Brasileira de Trilhas foi pensada com base na experiência norte-americana e no aprendizado acumulado de voluntários e profissionais



FOTOS: ACERVO TRILHA TRANSCARIOCA.

3.4.1. Manejo e Sinalização de Trilhas

Este grupo de trabalho utilizou a vivência como mecanismo para a discussão do tema. Assim, todos os participantes foram a Floresta Nacional de Brasília e caminharam juntos nas trilhas recém sinalizadas por voluntários. Outras experiências semelhantes foram compartilhadas pelos participantes, promovendo uma discussão rica sobre desafios e oportunidades.

Entre os principais resultados e aprendizados do grupo estão: I. a importância da estruturação dos grupos sociais e instituições envolvidas no voluntariado para o êxito do Programa e sua governança e para promoção da ampliação da participação social na gestão do território; II. as instituições e grupos sociais que compartilham visões comuns às da unidade e com governanças já estruturadas funcionam como ponto de partida para o recrutamento e implementação do voluntariado; III. a existência de um planejamento estruturado e de um plano de trabalho para o voluntariado conseguir dar maior perenidade às ações e evitar a desmobilização dos voluntários; IV. o envolvimento dos diferentes usuários da unidade na concepção, na implementação e sinalização das trilhas pode ser utilizado como ferramenta de gestão e minimização de conflitos de uso; V. por ser um elemento “tangível” do território, em que os envolvidos conseguem perceber seus benefícios e atuar juntos para que esses benefícios sejam potencializados, as trilhas ampliam o planejamento participativo de fato; VI. o envolvimento do voluntário faz com que partilhe não só dos benefícios, mas também dos desafios e responsabilidades da gestão da UC e; VII. o grau de proatividade e engajamento dos voluntários dita o ritmo do planejamento e execução das atividades da UC e, conseqüentemente, a obtenção de resultados.

ligados à Rede Trilhas. Essa experiência soma-se ao conhecimento acumulado pelo próprio ICMBio desde que começou a trabalhar com voluntariado no Parque Nacional da Tijuca, em 1998.

A Rede Brasileira de Trilhas começou a ser implementada como um projeto cidadão, tocado por voluntários locais em estreita parceria com gestores de UCs. Todos com os mesmos objetivos (1) de curto prazo: sinalizar trilhas de forma padronizada e sistêmica disponibilizando novos equipamentos de recreação à cidadania; (2) de médio prazo: gerar emprego e renda no campo, melhorando a qualidade de vida e fixando a população em áreas rurais e (3) de longo prazo: ligar com conectores de paisagem todas as UCs do Brasil, contribuindo assim para mitigar a fragmentação da natureza.

Apenas nos dois anos iniciais, o projeto já reuniu cerca de três mil voluntários, que juntos aos respectivos servidores, implementaram dois mil quilômetros de trilhas, conectando 194 UCs em 17 estados e no Distrito Federal. Outros seis mil quilômetros de trilhas estavam em fase de implantação no final de 2019.

Apesar dos sucessos obtidos, a vocalização das deficiências das UCs e a cobrança por parte de voluntários pode causar incômodo em alguns gestores. Entretanto, trata-se de observação verdadeira e de um processo legítimo. É natural que o voluntário queira debater as políticas de administração pública para as quais está doando seu tempo. É a paga que pede pelo seu comprometimento.

No caso do Brasil, por exemplo, a força do voluntariado é fundamental para que consigamos implementar a política de conectores de paisagem em locais que hoje localizam-se fora de áreas protegidas e não estão sob nenhuma norma legal de proteção ambiental. Para isso é primordial que tenhamos um sentimento de pertencimento ao mesmo tempo local e nacional, administrando as trilhas em forma de sistema, de maneira a evitar uma competição entre diferentes trilhas pelo recrutamento dos mesmos voluntários e dos mesmos recursos financeiros. Para atingir esse objetivo, foi criada uma sinalização padronizada em todo o país, reconhecida com a atribuição do Prêmio Nacional de Turismo 2018. Todas as trilhas da Rede estão sinalizadas com pegadas amarelas sobre fundo preto em um sentido e pretas sobre fundo amarelo no sentido inverso. A sinalização adotada permite que cada trilha escolha uma pegada individual para si própria, gerando pertencimento e propiciando geração de emprego e renda, pois essa pegada pode virar produto, como canecas, chapéus, chaveiros etc. Por outro lado, como todas as trilhas adotam o mesmo padrão de sinalização das “pegadas”, cria-se uma marca “Trilhas do Brasil”.

Pensar que o voluntariado resolve tudo, entretanto, é ilusão. Gerenciar o trabalho voluntário não é tarefa fácil nem barata. Organização e técnicas de liderança são fundamentais. Embora o voluntário tenha alto grau de comprometimento com a causa para a qual devota seu tempo, ele tem que atender também às suas próprias atividades profissionais.

Assim, nem sempre será possível garantir sua presença nas horas em que seu trabalho seja porventura necessário. Sem um planejamento flexível e pensado para funcionar, mesmo com eventuais ausências de voluntários esperados, não se conseguirá atingir objetivo algum.

O National Trails System estadunidense tem em cada trilha, pelo menos um funcionário público treinado apenas para lidar com voluntários. As trilhas maiores, como a Appalachian Trail e a Pacific Crest Trail chegam a ter mais de 30 profissionais cada, dedicados à captação de fundos e à gestão do trabalho voluntário.

O grande desafio, portanto, é não apenas mobilizar ou recrutar voluntários, mas aparelhar a estrutura institucional para que seja possível coordenar essa massa dispersa de voluntários já existente e organizá-la de modo a instrumentalizar seu trabalho de forma continuada e sustentável. É preciso também entender que o benefício do trabalho voluntário é acrescido do aumento da consciência ambiental e da compreensão por parte dos voluntários dos difíceis processos de gestão, funcionando para eles como um grande instrumento de educação ambiental. Para que possamos contar com maior parcela de trabalho voluntário, todavia, os administradores públicos têm que estar preparados para entender que a ferramenta “trilhas de longo curso” extrapola cada unidade individualmente pois serve, sobretudo, ao SNUC. Se todos, voluntários e profissionais da conservação, trabalharmos juntos quem ganhará será o SNUC.

3.4.2. Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade

Neste grupo de trabalho foram reunidos representantes das Coordenações de Monitoramento e Pesquisa, do Programa de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio e do Plano Estratégico de Pesquisa. A ideia deste grupo foi discutir como os voluntários poderiam auxiliar nos trabalhos de pesquisa e monitoramento dentro das UCs e centros de pesquisa.

O grupo listou 10 possíveis ações que os voluntários poderiam realizar: I. recepção e orientação de pesquisadores para o desenvolvimento de atividades de campo; II. acolhimento de voluntários para pesquisa; III. capacitação de novos voluntários; IV. organização de logística de expedições de campo; V. tabulação dos dados de pesquisa e monitoramento; VI. compilação de bancos de dados das pesquisas e seus resultados; VII. análise, validação de dados, relatorias para construção de banco de dados; VIII. organização e devolutiva dos dados para as comunidades locais; IX. organização de eventos sobre pesquisa e monitoramento; X. planejamento e desenvolvimento de estratégias de divulgação dos programas e projetos de pesquisa e monitoramento. Para cada atividade desta foi identificado um perfil do voluntário para sua execução.

Participação Social no Programa Monitora

Kátia Torres Ribeiro

Voluntariado e monitoramento da biodiversidade caminham juntos há bastante tempo no ICMBio, e são vários os motivos. Em geral, quem busca uma área natural para doar suas horas de trabalho quer estar na natureza, aumentando sua experiência de vida e conhecimentos. É muito estimulante a perspectiva de ir para as trilhas para observar animais, medir plantas, registrar pescarias, junto a pesquisadores, guias, comunitários e gestores da unidade. Mas, para que uma expedição seja viável é necessário organizar mantimentos, materiais de acampamento, equipamento, ferramentas, armadilhas, marcadores e tantas outras providências. É preciso cuidar da logística, do deslocamento, verificar se todos estão preparados para vários dias de campo, e também, estudar, se capacitar, conhecer os protocolos. Os dias de campo são preenchidos por caminhadas por vezes extenuantes, horas em voadeira, chuva, sol. As noites são permeadas por histórias, trocas de experiências, conversas entre pessoas que vêm de locais tão diferentes, por comentários sobre o dia, sobre os animais avistados. Certamente surgem conjecturas sobre o que ocorre na floresta, sobre o comportamento dos animais, sobre ocupações antigas das áreas e novas pressões, e sobre formas possíveis de manejo.



FOTOS: PAULO HENRIQUE BONAVIGO. TRILHA DA PEDRA GRANDE NA FLONA DO JAMARI.

Quando se volta do campo, é preciso cuidar de todo o material, limpar, guardar, rever o que foi estragado, consertar. Depois vem as planilhas, para digitar, arquivar. E toda essa experiência traz uma curiosidade ímpar sobre os resultados da expedição. Dá vontade de comparar com outros lugares, entender o que significam os números, entender por que alguns animais foram mais vistos do que outros ou, eventualmente, por que não foram vistos. E dá vontade também de contar para as outras pessoas o que foi vivido, e falar sobre os resultados. Muitos voluntários se envolvem nas análises e nas reuniões e oficinas em que os dados são apresentados e discutidos localmente, nas unidades, algumas vezes em oficinas estruturadas de construção coletiva de aprendizados e conhecimentos. Essas reuniões exigem também muito preparo, passando pela mobilização das pessoas, logística, adequação de linguagens, registros e encaminhamentos. São momentos muito ricos de discussão coletiva sobre a gestão, em que os dados e a experiência do monitoramento provocam reflexões sobre a região e sobre os desafios de gestão, trazendo diversos de seus aspectos. São vivências que tantas vezes estimulam o voluntário a se engajar mais fortemente na gestão ambiental, nas questões da conservação, que passam a permear suas escolhas profissionais e de estudo.

A participação social é um dos eixos estruturantes do Programa Monitora, apelido do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade, que promove o envolvimento de pessoas - voluntários, comunitários, bolsistas, monitores contratados - com diferentes perfis, nas suas várias etapas de concepção e implementação. Há muitas pessoas envolvidas diretamente nos trabalhos de campo para levantamento de dados, mas tem-se como fundamental a participação também na concepção local do monitoramento e na discussão de seus resultados, agregando mais informações e conhecimentos e uma arena de construção coletiva.

A unidade de conservação e o Programa Monitora ganham muito com a parceria dos voluntários, pois são em geral pessoas muito dispostas a contribuir, trabalhar, aprender e ensinar, animadas. Há ganhos no curto prazo, pela participação em processos bem exigentes para as equipes, e no longo prazo, pelo conhecimento da gestão de áreas protegidas e maior apreço às regiões, à unidade, às pessoas que ali vivem, sua cultura, com consequências na luta por sua proteção e nas narrativas positivas sobre o lugar. E ganham também esses cidadãos, que podem ter uma experiência ampla e significativa de atuação na conservação da biodiversidade, muitas vezes com bons tons de aventura e de convívio profundo com pessoas diferentes do seu convívio usual.

3.4.3. Brigadas Voluntárias

A discussão do grupo das brigadas foi baseada em dois estudos de caso. O primeiro, no Parque Nacional da Chapada Diamantina, e o segundo, no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. Ambas as UCs já atuavam com as brigadas voluntárias e compartilharam suas experiências com exemplos de desafios e soluções.

A discussão permitiu que o grupo de trabalho listasse possíveis ações necessárias para aprimorar essa linha de ação: I. o planejamento em conjunto dessa frente envolvendo UCs, brigadas e parceiros e a integração da Sistema de Comando de Incidentes (SCI); II. a priorização de encontros de planejamento e avaliação (envolvendo servidores, parceiros e voluntários); III. a formalização da relação entre UCs e brigadas, por meio de instrumentos jurídicos de cooperação.

O papel dos Voluntários no Apoio ao Manejo Integrado do Fogo

Hudson Coimbra Felix

A Coordenação de Prevenção e Combates a Incêndios (COIN), responsável pela formulação da estratégia de intervenção do ICMBio em temas relacionados a incêndios florestais, vem direcionando esforços para fomentar a criação e a implementação de brigadas voluntárias nas UCs Federais. A COIN entende que as brigadas voluntárias desempenham papel importante na gestão do fogo das UCs, sendo um reforço significativo na redução dos custos operacionais, no tempo de resposta e nas atividades de prevenção e combate a incêndios. Além disso, o fomento a brigadas voluntárias faz com que as pessoas exerçam a sua cidadania, desenvolvendo atividades que estimulam e aumentam a participação da sociedade na gestão das UCs, sensibilizando a população para a conservação do meio ambiente e divulgando a importância das UCs. São mais de 400 brigadistas voluntários registrados no sistema da COIN, mas estima-se mais de 1.000 voluntários no total, que apoiam, aproximadamente, 18 UCs.

Atualmente, as questões referentes aos incêndios florestais vão além do combate, caminham para o manejo integrado do fogo. De maneira integrada, considera-se não só o manejo do fogo propriamen-

te, mas também seus aspectos ecológicos e culturais, importantes para a conservação da biodiversidade. O Manejo Integrado do Fogo (MIF) considera aspectos relacionados às questões institucionais (legalidade e missão), estruturais (infraestrutura), efeitos do regime de queima sobre a biodiversidade e os ecossistemas (ecologia do fogo); cultura do fogo, onde questionamentos sobre “quem”, “onde”, “como” e “quando” definem o fogo como ferramenta de manejo da paisagem ou agrícola. Com isso, pretende-se diminuir o trabalho com o incidente e aumentar o foco na prevenção, com a expectativa de diminuir a área atingida por incêndios. As linhas de trabalho desenvolvidas nas brigadas voluntárias vão além do combate a incêndios florestais. Na conjuntura do MIF, o trabalho das brigadas voluntárias está intimamente relacionado a atividades de pesquisa, educação ambiental e comunicação. As pesquisas e produções científicas são importantes aliadas do MIF, ajudando, por exemplo, a entender os padrões e processos ecológicos e o impacto dos regimes de fogo sobre a gestão territorial e vice e versa. Assim como, as atividades de Educação Ambiental e Comunicação, garantem acesso à informação de boas práticas ao uso do fogo, além de formar atores

sociais conscientes quanto ao seu uso. Historicamente os brigadistas voluntários compõem uma importante força extra capacitada e disponível em períodos estratégicos, quando a maioria das brigadas florestais das UCs federais estão ocupadas, protegendo seus territórios dos incêndios. A exemplo disso, vivemos um período crítico de incêndios florestais em agosto e setembro de 2019, em regiões da Amazônia e do Cerrado, no qual foi necessário formar e enviar uma equipe especializada de analistas e brigadistas voluntários do Parque Nacional da Chapada Diamantina em combate ampliado (onde cada integrante da equipe tem uma função específica dentro do Sistema de Comando de Incidentes), designada, inicialmente, para apoiar os combates no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, e posteriormente remanejada para integrar o comando da GLO (garantia da lei e da ordem), decretada em Rondônia, em parceria com as forças armadas, IBAMA, CBM, PM e demais órgãos da federação para atuar em UCs, TIs e assentamentos da região amazônica. Por fim, foram mais de 40 dias ininterruptos em operação, 10.000 km percorridos e uma série homenagens de reconhecimento pela direção do ICMBio aos voluntários.



FOTOS: ACERVO ICMBio

3.4.4. Educação Ambiental

No grupo de Educação Ambiental (EA), foram apresentadas diversas experiências realizadas em distintas regiões do país, a fim de trazer elementos para o maior entendimento do tema. Um aspecto que marcou os trabalhos foi o aprofundamento da temática EA, desenvolvida sobre uma perspectiva crítica, buscando ações que vão além de questões expositivas.

Como produto principal do grupo, foram elaboradas sete diretrizes para nortear as ações de EA envolvendo o voluntariado, podendo ser assim sintetizadas: I. seguir as diretrizes da EA na Gestão Ambiental Pública; II. qualificar os gestores das UCs para a EA Pública; III. engajar os gestores das UCs nos processos de EA; IV. envolver os Conselhos e Câmaras Técnicas para estruturar processo de EA; V. inserir a EA no processo formativo do voluntariado; VI. estimular a visão crítica do voluntariado sobre o papel das UCs; VII. promover a participação social nas ações de EA.

Voluntariado Fortalecendo a Educação Ambiental em Unidades de Conservação

Juliana Cristina Fukuda e Olivar Bendelak

Ações de educação ambiental são fundamentais em qualquer iniciativa de conservação ambiental. A Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim e a Estação Ecológica da Guanabara, localizadas no recôncavo da Baía de Guanabara (RJ), abrigam o maior remanescente de manguezais do estado do Rio de Janeiro e algumas populações tradicionais de pescadores artesanais e quilombolas. Lá, o Programa de Voluntariado é uma das maiores ações de educação ambiental da gestão das unidades de conservação, contribuindo para a formação de cidadãos mais qualificados em relação à temática ambiental – tanto para os voluntários como para as comunidades locais.

As pessoas que se dedicam gratuitamente em prol dessas unidades de conservação são em geral estudantes – universitários ou de nível médio técnico – ou recém-formados que buscam, além de apoiar os esforços de conservação ambiental, também experiências de aplicação prática dos conhecimentos teóricos. Em menor quantidade, há profissionais já estabelecidos em suas carreiras, e recém-aposentados, que muito contribuem com suas experiências de vida. Há ainda moradores da região, que tiveram contato com algum dos projetos das UCs e se colocam à disposição para ajudarem.

Esses são importantes conhecedores da área e elos fortes de ligação entre as unidades de conservação e as comunidades locais.

No projeto APA de Guapi-Mirim nas Escolas, semanalmente um grupo de voluntários planeja, executa e avalia atividades que são realizadas em 36 escolas da região – no interior da APA de Guapi-Mirim ou muito próximas a ela – da educação infantil ao ensino médio. Seis mil jovens já participaram desse projeto, de 2014 a 2019. A busca por diferentes formas de ensino-aprendizagem encanta os voluntários. As dinâmicas propostas cativam os estudantes e professores da região. A relação com as escolas fortalece a importância das unidades de conservação junto à comunidade escolar.

As Semanas de Oficinas Ambientais ocorrem durante as férias de julho, em comunidades da APA de Guapi-Mirim e entorno. Voluntários se envolvem na organização e logística – e também participam – do evento, que tem por objetivo a capacitação em temas do dia a dia para as pessoas, como horta caseira, compostagem, banheiro seco, reaproveitamento de materiais. Cada oficina gera muita aprendizagem, troca de saberes e diversão! Esse projeto já teve quatro edições, atendendo aproximadamente 540 moradores da região.

Outra importante colaboração de voluntários é o apoio à produção de material educativo através de montagem de textos ou design. Agregando diferentes expertises, já foram elabo-

rados uma cartilha sobre tratamento local de efluentes e um folheto sobre as unidades de conservação, que são distribuídos amplamente para moradores e visitantes. Estão em andamento um guia de observação de árvores do manguezal e a confecção de placas de identificação das árvores do terreno da sede das UCs.

Mais pontual, mas não menos importante, são mutirões de plantio de mudas e de limpeza do manguezal. Muitos têm interesse em ser voluntários, mas não têm disponibilidade de colaborar toda semana. Nessas oportunidades, o esforço coletivo se evidencia com o resultado ao final do dia. Mais de 1.000 pessoas, muitas vindas de outras cidades, já saíram com suor e sorriso no rosto por terem participado desse tipo de atividade. Além do aprendizado para cada um, gera-se ânimo para o cuidado com o planeta!

Para a manutenção do Programa, é fundamental a cooperação que temos com a Fundação SOS Mata Atlântica, que mantém o Fundo Guanabara e através do qual é possível financiar algumas atividades do Programa de Voluntariado. Outros importantes parceiros são a ONG Guardiões do Mar, a Cooperativa Manguezal Fluminense e o Grupo Escoteiro Guapimirim, que apoiam os mutirões.

Ter voluntários engajados gera conhecimento, senso de pertencimento, cuidado com o ambiente e com o próximo, colocando ainda mais vida às unidades de conservação!



FOTO: APA GUAPI-MIRIM ICMBio.

3.4.5. Ações Estruturantes do Programa de Voluntariado

Neste grupo estavam presentes os convidados internacionais, parceiros nacionais do Programa, representantes dos estados de Minas Gerais e Amazonas, equipe da coordenação do Programa, gestores de UCs com experiência consolidada no voluntariado e um voluntário.

Algumas conclusões do grupo apontaram para a necessidade de ações de fortalecimento do Programa, envolvendo: I. a formalização de maior número de parcerias para apoiar o Programa; II. ampliar a captação de recurso para fortalecer o Programa; III. auxiliar na estruturação das UCs para recebimento de voluntários; IV. apoiar gestores na implementação do Programa; V. desenvolver um plano de capacitação para gestores e voluntários; VI. assegurar aspectos relacionados a segurança e amparo ao voluntário; VII. mostrar a sustentabilidade e o ganho financeiro do Programa, além de outros benefícios gerados; VIII. desenvolvimento de ações de reconhecimento do voluntariado; IX. apresentação e divulgação dos resultados focada no público alvo do Programa.



Espaços Públicos Protegidos para Assegurar a Conservação da Biodiversidade

Fabiana Prado

A ação de um voluntário é nobre, doando seu tempo e conhecimento ao outro ou a uma causa coletiva, ele quer contribuir e fazer a diferença. Este é o caso do voluntariado no ICMBio.

As unidades de conservação são espaços protegidos por lei para assegurar a conservação da biodiversidade e também os usos por populações tradicionais. É um patrimônio de todos os brasileiros.

A oportunidade que o ICMBio oferece para qualquer cidadão de ser um voluntário, permite que a sociedade possa compartilhar o cuidado e a gestão desses espaços naturais e ser mais um a discutir e opinar sobre as políticas públicas voltadas para áreas protegidas.

Entretanto, estruturar um Programa de Voluntariado dentro de um órgão público como o ICMBio necessita do estabelecimento de uma estrutura administrativa, de arcabouço jurídico, infraestrutura e recursos humanos e financeiros. Precisa ser constituído um “locus” institucional para que o Programa seja executado e vinculado aos objetivos estratégicos da instituição. Se isso não ocorrer existe o risco do Programa se tornar apenas uma agenda temporária de uma determinada gestão. O ICMBio conseguiu instituir seu Programa de Voluntariado criando o Ser-

viço de Apoio ao Programa de Voluntariado (SEVOL), dentro da estrutura regimental com cargos e equipes. Isso permitirá que o Programa tenha vida longa e mais impactos positivos.

Contudo, o orçamento do ICMBio de forma geral é insuficiente para executar todas as ações a que ele compete. Isso reforça a necessidade de parcerias, seja com organizações da sociedade civil, iniciativa privada, ou com indivíduos voluntários.

O programa de voluntariado constrói pontes entre indivíduos sociais atuantes e a gestão ambiental pública. Um voluntário recebe conhecimento, constrói relações, vive experiências em contato com a natureza. Em troca, doa seu tempo, sua energia e seu conhecimento para apoiar a gestão daquela UC.

O IPÊ apoia essa estratégia e acredita que se trata de uma agenda estruturante para as unidades de conservação, porque promove o envolvimento social e contribui com a gestão em um cenário de reduzido número de gestores trabalhando nesses espaços. Além disso, proporciona a integração da gestão com as diversas visões, sentimentos e conhecimentos dos voluntários, criando mais interações e estimulando a criatividade para inovação nos espaços públicos.

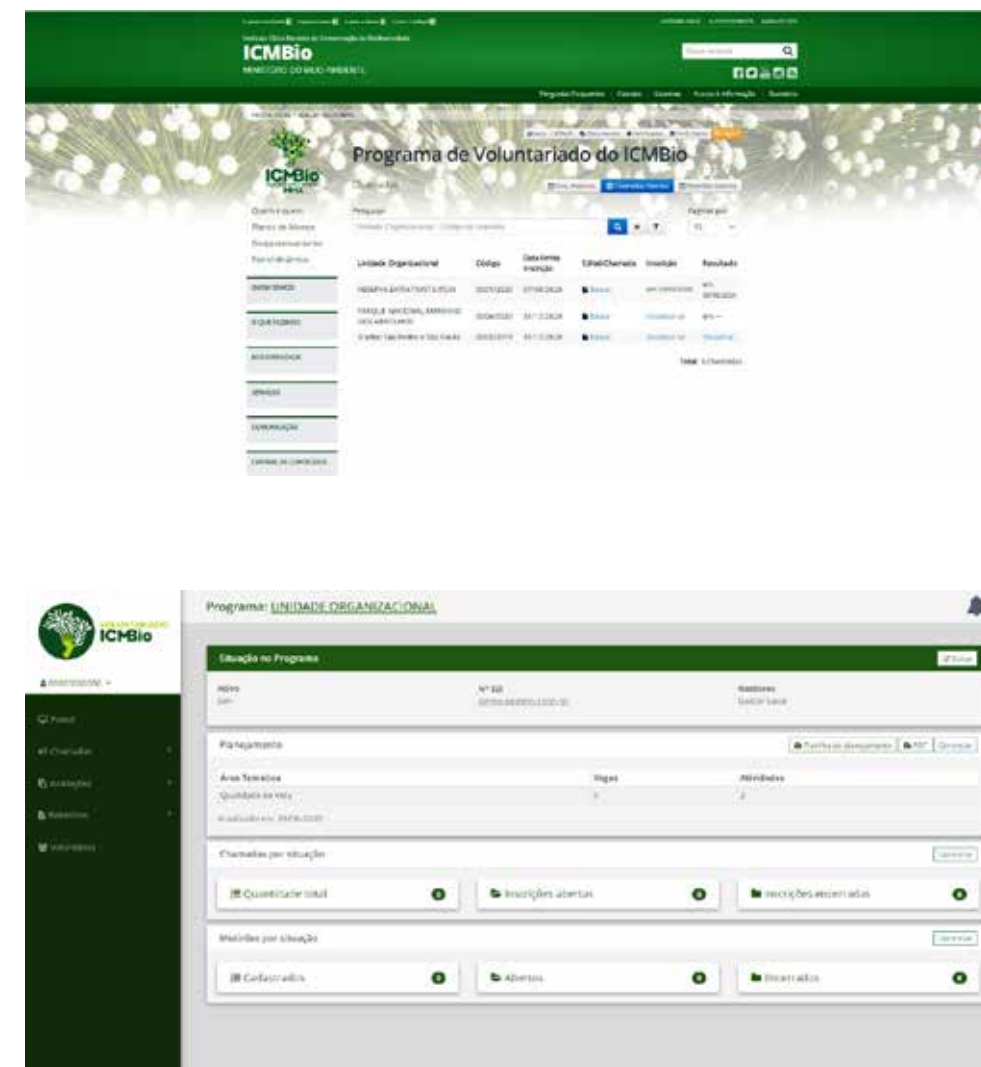
3.5 Sistema do Programa de Voluntariado

Até o início da reestruturação do Programa no ano de 2016, este contava com um sistema que funcionava como um banco de dados simplificado. O gestor era responsável por inserir os dados dos voluntários e fazer upload das cópias dos documentos pessoais, dos planos de trabalho e dos termos de adesão assinados. Marcava, também, o período de atuação e da área temática em que o voluntário iria trabalhar, sem a possibilidade de refinar a informação. O cálculo de horas tinha que ser feito manualmente, assim como a geração do certificado.

Durante o planejamento das ações de reestruturação do Programa, viu-se a necessidade de se construir um sistema mais robusto para o voluntariado, com mais funcionalidades para o gestor e com total acesso aos dados essenciais para a divulgação dos resultados obtidos pelo Programa. Além disso, era preciso ser uma interface com os voluntários, dando mais visibilidade para as oportunidades oferecidas pelas UOs, maior facilidade nas inscrições e maior transparência dos resultados. Essa centralização da informação traria um aumento na credibilidade do Programa e acesso mais fácil para um número maior de pessoas em todo o Brasil.

Com a conclusão do sistema, no final de 2019 (<https://www.icmbio.gov.br/portal/sejaumvoluntario>), o gestor consegue fazer o planejamento das ações que irão ocorrer na sua unidade, cadastrar as chamadas, selecionar os candidatos inscritos, fazer o plano de trabalho dos selecionados, validar as horas efetivadas, fazer a avaliação dos voluntários e a avaliação anual do Programa. Além disso, o certificado fica disponível para o voluntário na plataforma específica, onde ele consegue, após se cadastrar, visualizar todas as chamadas e mutirões abertos pelas UOs, se inscrever e monitorar o resultado da seleção, aceitar o Termo de Adesão e o plano de trabalho, registrar suas horas de contribuição, avaliar a chamada e o Programa, além de acessar seu certificado emitido automaticamente.

A meta traçada em 2016, que visava assegurar a gestão das informações do voluntário, foi alcançada com a construção de um sistema totalmente customizado para as necessidades do ICMBio, o que aconteceu com o empenho de servidores, gestores, voluntários, da equipe técnica do IPÊ e dos desenvolvedores contratados para elaborar o sistema²⁸.



A partir de agora, com o sistema implementado, é preciso qualificar os gestores e os voluntários para sua utilização, bem como sensibilizar os gestores da sua importância para a unidade, para a gestão do Programa e para o ICMBio.

Com os responsáveis por sua implantação dedicados aos desenhos iniciais, inúmeros ajustes identificados pelos testes realizados por gestores e voluntários, redesenho de partes do sistema constatamos as necessidades e refletimos sobre a diversidade necessária da ferramenta para cumprir a missão de apoio na gestão das informações do Programa. Espera-se que todos esse esforço permita uma melhor compreensão da situação atual e do potencial do Programa.

Um dos resultados de todo esse empenho, que merece destaque, é a reação espontânea dos potenciais voluntários no cadastro do sistema. Em menos de dois anos, atingimos uma base de dados de voluntários, com mais 30 mil pessoas, onde a maioria delas sinalizaram que eram motivados pelo desejo de contribuir com a conservação da biodiversidade, com as unidades e com o ICMBio.

Mais que uma ferramenta de gestão, a implantação do sistema representa a oportunidade de ampliação da transparência e do diálogo com a sociedade.

²⁸ Nectosystems é a empresa que desenvolveu a customização do sistema. <https://www.nectosystems.com.br/>



4

Um Retrato do Programa de Voluntariado do ICMBio

Após quatro anos do início do processo de reestruturação do Programa de Voluntariado, os números chamam atenção. Se em 2017 o Programa já somava 137 UOs cadastradas (ICMBio, 2017), em 2020 o Programa alcançou 260 UOs, um aumento de quase de 90%. São 207 UCs, 12 Centros de Pesquisa, 33 Núcleos de Gestão Integrada (NGIs) e 7 Unidades Administrativas. Apenas entre agosto de 2018 e julho de 2020, mais de 30 mil voluntários de todos os estados brasileiros e de outros países se cadastraram no Sistema de Voluntariado, disponibilizando-se para atuarem como voluntários. Nesse mesmo período foram registrados no Sistema, aproximadamente, 77 mil horas de atividades voluntárias, realizadas por mais de 2.300 pessoas.

Vale lembrar que esses números ainda estão subestimados. Como o Sistema passou por diversos ajustes e esteve em fase de testes até o primeiro semestre de 2020, muitas ações relacionadas ao voluntariado, dentro das unidades, não foram registradas. Além disso, as UOs ainda estão estabelecendo uma rotina de utilização do Sistema.



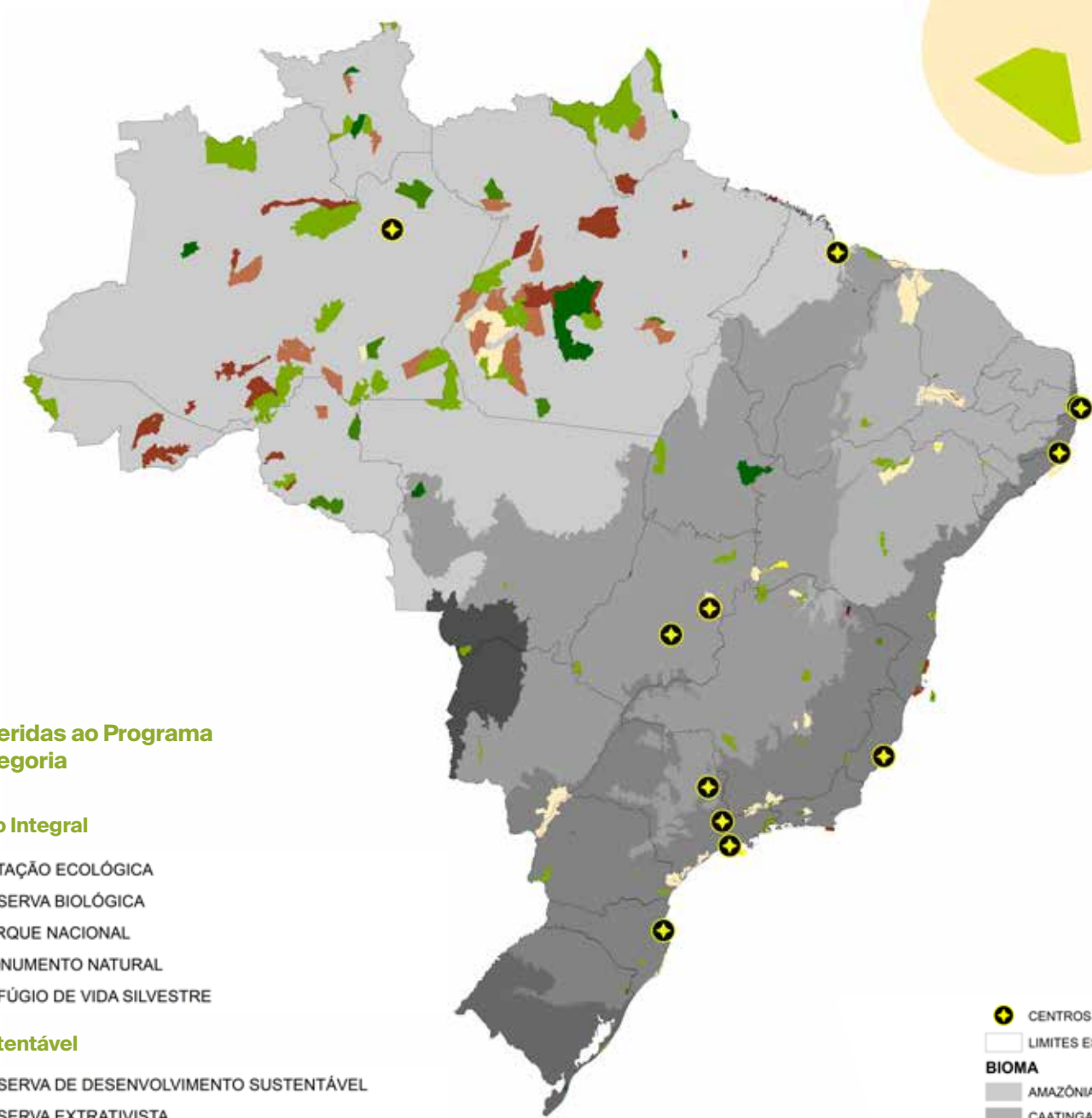
UCs Aderidas ao Programa por Categoria

Proteção Integral

- ESTAÇÃO ECOLÓGICA
- RESERVA BIOLÓGICA
- PARQUE NACIONAL
- MONUMENTO NATURAL
- REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE

Uso Sustentável

- RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
- RESERVA EXTRATIVISTA
- FLORESTA NACIONAL
- ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO
- ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL



- CENTROS DE PESQUISA
- LIMITES ESTADUAIS
- BIOMA**
- AMAZÔNIA
- CAATINGA
- CERRADO
- MATA ATLÂNTICA
- PAMPA
- PANTANAL

FONTE: SISTEMA DE VOLUNTARIADO DO ICMBio

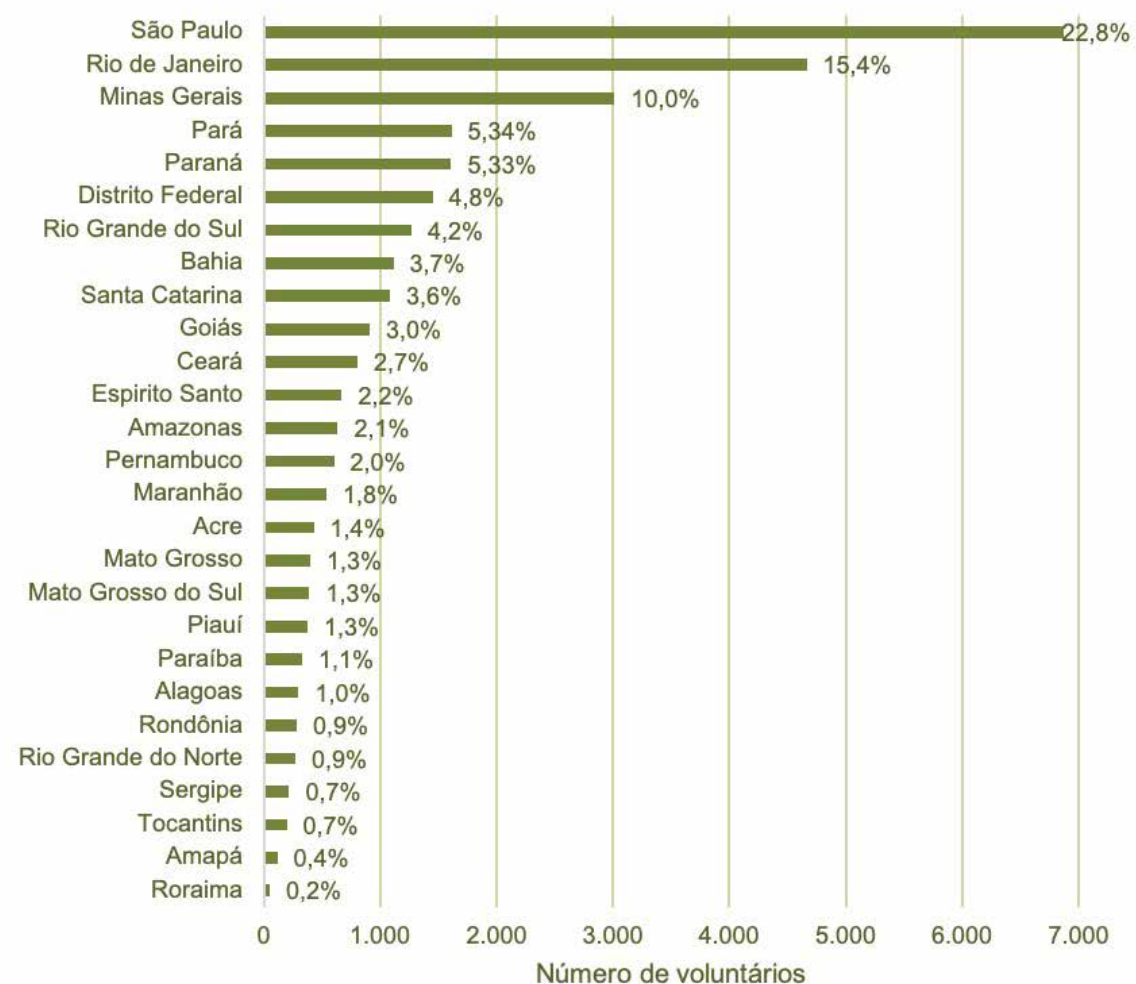
MAPA: FERNANDO LIMA

4.1 Quem Quer Ser Um Voluntário?

Desde meados de 2018, quando o Sistema de Voluntariado começou a operar, até o final do primeiro semestre de 2020, já são mais de 30 mil pessoas cadastradas de todas as unidades da federação, além de mais de 40 países, tais como Estados Unidos, Canadá, Argentina, Chile, Peru, Portugal, Alemanha, Suíça, Israel, Egito, Gabão e Moçambique.

Dentre os brasileiros, que representam 99% dos cadastrados, existe uma predominância na região Sudeste, que somam quase metade do total. Entre as demais regiões, 15% são do Nordeste, 13% do Sul, 10% são da Norte e 10% da região Centro-Oeste. Os estados com maior destaque são São Paulo (22,8%), Rio de Janeiro (15,4%), Minas Gerais (9,9%) e Paraná (5,3%). Em quinto lugar há um representante Amazônico, o estado do Pará, com 5,2% dos cadastrados.

Estados de origem dos voluntários

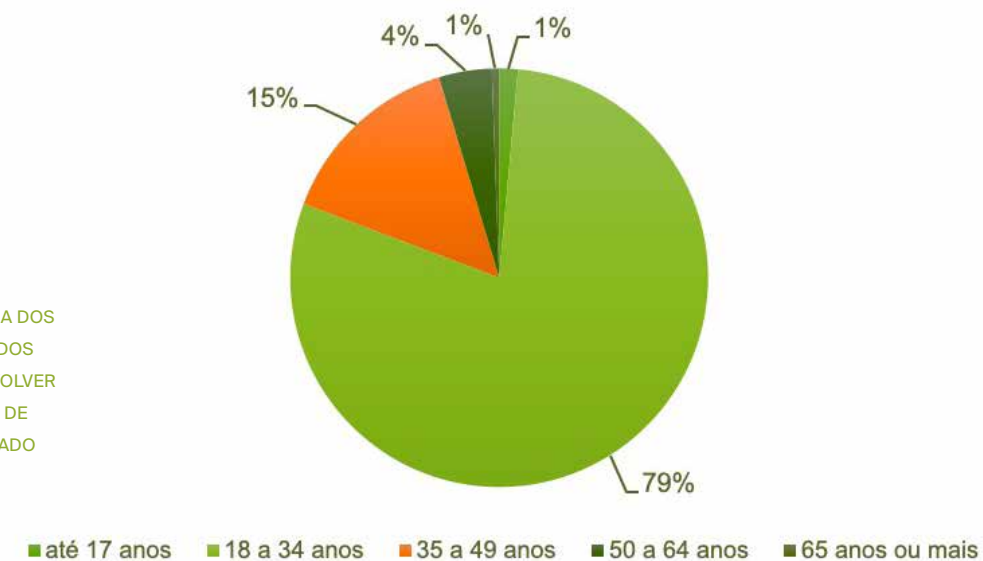


Vale destacar que, quando analisada a representatividade dos estados, considerando o número de cadastrados no Sistema a cada 10.000 habitantes, essas proporções mudam, e o estado do Acre e o Distrito Federal passam a liderar com mais de 4,8 voluntários para cada 10.000 habitantes. Em seguida, vem o estado do Rio de Janeiro, com 2,7, e o Pará com 1,87.

A maioria são mulheres, que totalizam 67,9% dos cadastrados, contra 32% de homens e uma pequena quantidade de pessoas que se inserem em outras categorias de gêneros. Os interessados em realizar voluntariado são, em sua grande maioria jovens (79,3%), entre 18 e 34 anos, com uma incidência baixa de representantes da melhor idade, até o momento.

Se por um lado esses números podem ser comemorados pela forte participação de jovens e mulheres, por outro mostram a possibilidade de ampliação da representação de alguns públicos que participam do Programa, como por exemplo a terceira idade e portadores de necessidades especiais. Já existem pesquisas que apontam que o trabalho voluntário na terceira idade pode auxiliar na conservação da saúde e da qualidade de vida dos idosos (Souza e Lautert, 2008), mas além disso, contar com a experiência dessas pessoas certamente seria um ganho para todos. Vale destacar que apenas 0,4% dos cadastrados são portadores de necessidades especiais, o que é uma quantidade pequena em relação ao todo, mas merece um olhar especial no sentido das UCs buscarem a sua inclusão, ofertando oportunidades que também abranjam esse público.

Idade dos voluntários cadastrados





A escolaridade dos interessados para atuarem como voluntários foi especificada por cerca da metade dos cadastrados. Entre eles, há uma predominância de universitários (48,5%), mas existem voluntários graduados (28%), pós-graduados (14,2%) e com ensino médio (8,6%) ou fundamental (0,32%).

Quanto às áreas de formação dos 13.900 voluntários, que completaram essa informação, percebe-se uma predominância de voluntários da área biológica, com 23% dos cadastrados (exemplo, biólogos, gestores ambientais, zoólogos). Os profissionais da área de humanas representam 10,5% dos cadastrados (ciências sociais, geografia, turismo, administração, história, direito, letras, antropologia, comunicação, pedagogia). Já os profissionais da área de exatas, correspondem a 10,1% dos cadastrados (diversas áreas das engenharias, geologia, ciências da computação). Cerca de 2% se denominaram da área

da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, nutrólogos, psicólogos).

As características de escolaridade e áreas de atuação dos interessados em realizar voluntariado reforçam que, apesar de ainda existir uma tendência um pouco maior de profissionais e estudantes da área biológica buscarem essas atividades, o interesse de profissionais de outras áreas também é grande e representam um grande leque de oportunidades de atuação.

A partir dessa informação é possível que as próprias UOs busquem voluntários com perfis mais diversos que possam contribuir de forma mais multidisciplinar com questões-chave da gestão dessas áreas.

A grande quantidade de interessados em realizar atividades voluntárias revela um enorme potencial, ainda pouco explorado em nosso país, associado ao

voluntariado em áreas protegidas e ao voluntariado ambiental de forma geral.

Dentre os cadastrados, 25% alegaram já terem realizado algum tipo de trabalho voluntário, sendo cerca de 12% na área ambiental, dentre os quais metade no próprio ICMBio. Nesse caso, o interesse em voluntariar no ICMBio não parece ser necessariamente fundamentado por experiências anteriores, e talvez represente uma oportunidade para muitas pessoas terem uma primeira experiência.

As áreas do ICMBio mais citadas pelos voluntários, como locais onde já realizaram atividades de voluntariado, foram: os Parques Nacionais (PARNAs) da Chapada dos Veadeiros, da Tijuca, da Serra dos Orgãos, Itatiaia, e o TAMAR - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas e da Biodiversidade Marinha do Leste.

4.2 O Que Desejam os Voluntários?

O “desejo de contribuir para a conservação da natureza” foi o principal motivo apontado pelos voluntários para participarem do programa, citado por 43% das pessoas cadastradas no Sistema. Muitos também buscaram o programa pelo “desejo de contribuir com a produção científica e conservação da biodiversidade”, citado por 34%.

O interessante desses dados é que as razões que mais apareceram estão relacionadas a questões não tangíveis da relação ser humano-natureza. Ou seja, diante de um mundo extremamente acelerado e conectado, as pessoas têm buscado, na conservação da natureza, uma maneira de se sentirem parte de um objetivo maior. Também chama a atenção que a terceira e quinta motivações mais citadas, com 27% e 23,5%, respectivamente, estão associadas ao melhor conhecimento sobre o ICMBio e suas unidades e a possibilidade de contribuição com a instituição, demonstrando que o interesse do ICMBio em se aproximar mais da sociedade é correspondido.

Segundo Weber (2014), que realizou um estudo sobre os voluntários do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos, é possível identificar uma série de motivações para o trabalho voluntário, que podem ser classificadas como altruístas ou individualistas. Entre as altruístas estão o desejo de contribuir para a conservação da natureza, a possibilidade de envolvimento no serviço público, a oportunidade de se envolver e se dedicar a proteção de uma área em particular e a possibilidade de ajudar a conservar uma área para futuras gerações.



Sérgio Ricardo dos Santos Soares

O que me motiva a ser voluntário no Parque Nacional da Tijuca, há 16 anos, é a oportunidade de junto a outros voluntários, preservar a fauna e flora, a história e a memória afetiva e de pertencimento, que a cidade tem com o Parque. É um local que frequento desde criança e, como todo tijucano diz: “é o nosso quintal”.

A maior contribuição que posso deixar é o meu amor e dedicação, em prol da preservação desse patrimônio ambiental e histórico de grande importância para a cidade. Quero também incentivar pessoas a conhecer o trabalho voluntário para participarem com trabalhos/ideias, tais como, aquelas colocadas em prática. Uma delas, é a apresentação das histórias do Parque, que ocorre antes dos voluntários iniciarem os manejos de trilhas ou ruínas de sítios históricos ou construções. Este evento tem chamado a atenção, aumentando a presença de voluntários.

Atualmente, temos uma equipe de voluntários que realiza trabalhos complexos, como deslocamento de pedras para desobstrução de trilhas, riachos, córregos, construção de escadas e pontes, manejo de trilhas, plantio de mudas, coleta de sementes, retirada de plantas exóticas, informações aos visitantes. Estes trabalhos são acompanhados pelos monitores e servidores, que nos ensinam técnicas de manejo. Em contrapartida, somamos força para a realização das tarefas.

Sem o engajamento dos voluntários, aliado aos monitores e servidores, o Parque talvez não estivesse no nível em que se encontra hoje.

Espero que mais pessoas se dediquem ao voluntariado, conhecendo a história e a riqueza ambiental do seu local de atuação, tornando-se agentes multiplicadores desse conhecimento nas comunidades do entorno e ajudando na proteção do meio ambiente e das unidades de conservação.

Motivação dos voluntários



MOTIVAÇÃO DOS INTERESSADOS EM DESENVOLVER ATIVIDADES DE VOLUNTARIADO NO ICMBio.

Entre as motivações individualistas estão a possibilidade de uma experiência que auxiliará no desenvolvimento profissional e de habilidades pessoais e a ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Os dados analisados do Programa de Voluntariado do ICMBio permitem observar as duas categorias de motivações, no entanto, com maior incidência das chamadas motivações altruístas.

Outra discussão interessante é que alguns autores têm apontado que a atuação voluntária promove níveis de satisfação das necessidades individuais dos

envolvidos que, em parte, deixaram de ser supridas pelo sistema de trabalho (Caldana e Figueiredo, 2008). Assim, uma parcela da sociedade buscaria realizar ações que contribuam com uma causa ou que promovam experiências diversas das que possuem rotineiramente.

Uma pesquisa realizada junto a 38 gestores do ICMBio, de 17 estados e representantes de 41 UOs avaliou a percepção destes sobre a motivação dos voluntários e encontrou que a maioria dos gestores (66%), acreditava que os voluntários eram, principalmente, motivados pelo “desejo de contribuir para a

Percepção dos gestores sobre a motivação dos voluntários



PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO ICMBIO SOBRE A MOTIVAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE VOLUNTARIADO NO ICMBio.

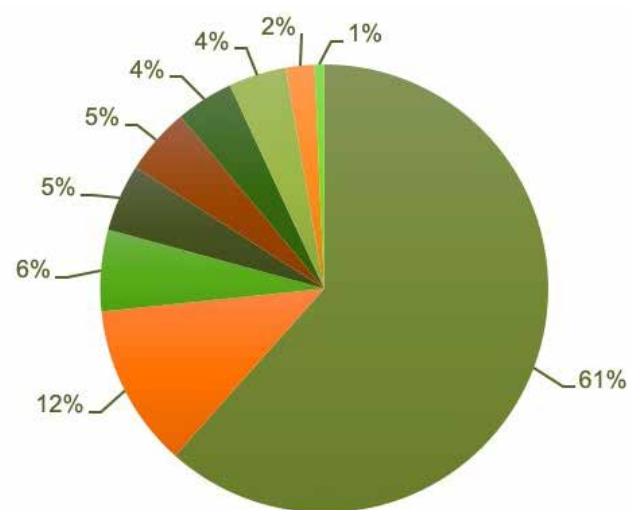
conservação da natureza”. No entanto, outras motivações foram citadas como a “oportunidade de obter experiência profissional” (49%), o “interesse em aprender algo novo” (40%) e o “interesse em conhecer melhor as atividades do ICMBio e da unidade” (37%).

Esses resultados demonstram que as motivações alegadas pelos voluntários estão alinhadas à percepção dos gestores, o que facilita o planejamento das atividades que serão realizadas pelos voluntários, pois permite que os gestores incorporem, na medida do possível, as expectativas dos participantes.

Pouco mais de 5.000 voluntários citaram os locais específicos em que gostariam de realizar atividades de voluntariado. Entre os dez mais citados, sete são parques nacionais, além de um centro de pesquisa (TAMAR) e dois núcleos de gestão integrada. Os PARNAs da Serra dos Orgãos, do Caparaó, da Serra da Canastra, o TAMAR e, por fim, o PARNA dos Lençóis Maranhenses somaram cerca de 16% desse total, com citações que variaram entre 418 e 99 pessoas cada.

4.3 Onde o Voluntariado Está e o Que Tem Sido Oferecido aos Participantes?

Categorias de UC que abrem chamadas



CATEGORIAS DE UCs QUE MAIS ABRIRAM CHAMADAS PARA SELEÇÃO DE VOLUNTÁRIOS.

■ PARNA ■ FLONA ■ REBIO ■ ESEC ■ RESEX ■ ARIE ■ APA ■ MONA ■ REVIS

Ao todo são 260 UOs aderidas ao Programa, as quais contemplam UCs, NGIs, Centros de Pesquisa e Unidades Administrativas. Considerando os dados do Sistema de Voluntariado, entre 2018 e o primeiro semestre de 2020, foram mais de 400 chamadas de inscrição de voluntários abertas, disponibilizando 2.605 vagas que totalizaram mais de 10.900 inscritos, o que representa mais de quatro candidatos por vaga. No total, foram selecionados 2.319 voluntários via esse mecanismo.

Vale ressaltar que, até julho de 2020 nem todas as UCs estavam utilizando o

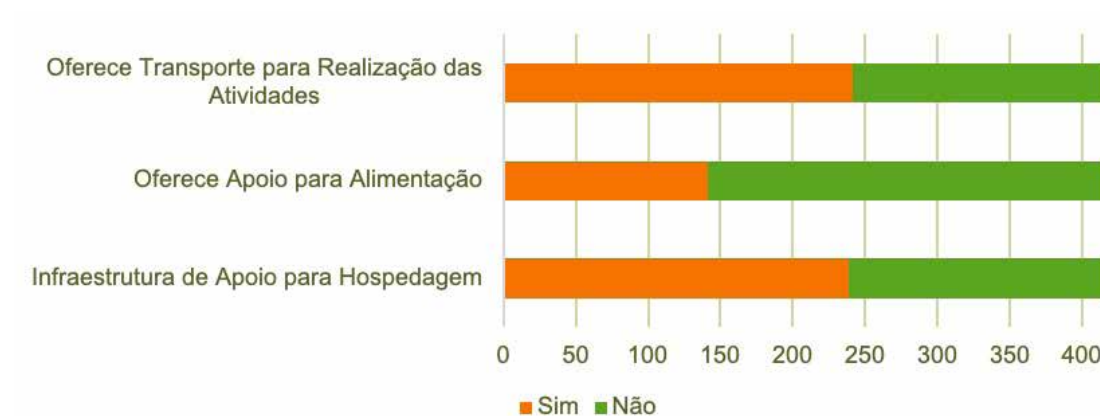
Sistema para divulgação e seleção dos seus voluntários, visto que a implementação do Sistema está sendo realizada de forma gradativa, o que significa que esses números devem ser bem maiores. Apenas como exemplo, entre agosto de 2018 e julho de 2020, cerca de 3.300 voluntários não registrados no Sistema, realizaram atividades em UCs como o PARNA da Tijuca, PARNA Chapada dos Veadeiros e PARNA Marinho Fernando de Noronha.

Espera-se que, aos poucos, o Sistema seja utilizado por todas as UOs em todas as etapas do Programa, desde o

cadastro completo até a avaliação, o que permitirá o maior entendimento da demanda e da oferta e a melhor gestão do Programa.

Dentre as categorias de áreas protegidas que mais abrem chamadas via Sistema, estão os parques nacionais e as florestas nacionais (FLONA). As UCs que mais disponibilizaram chamadas via Sistema foram os PARNAs Jau, do Caparaó, da Serra da Canastra, Mapinguari, Serra dos Órgãos, da Chapada Diamantina, dos Lençóis Maranhenses e FLONA Piraí do Sul.

Disponibilidade de infraestrutura e logística aos voluntários



O QUE AS UNIDADES QUE ABRIRAM CHAMADAS PARA RECEBIMENTO DE VOLUNTÁRIOS OFERECERAM.

Já dentre os diversos centros de pesquisa, os que registraram mais vagas oferecidas via Sistema, até o momento, foram o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (CE-MAVE), o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas e da Biodiversidade Marinha do Leste (TAMAR), o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (CEPAM) e o Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC).

A disponibilidade de infraestrutura e de logística estabelecida para o adequado recebimento de voluntários é fundamental para o sucesso da sua

experiência. Dentre as áreas que estão publicando chamadas no Sistema, cerca de 58% ofereceu apoio para hospedagem e transporte para a realização das atividades, e 34% apoio para alimentação. Nesse sentido, é importante que os gestores locais deixem bastante claro o que podem oferecer aos voluntários e que estes tenham atenção durante o processo e se preparem para a realidade de cada experiência, pois uma será diferente da outra.

Mas uma reflexão que pode ser realizada é que nem sempre é necessário buscar uma situação ideal para que o Programa possa ser implementado localmente. Em algumas situações será

preciso fazer investimentos para que o Programa possa ser adequadamente implementado, em outras será possível adequar as atividades de voluntariado ao contexto e restrições locais.

Um elemento importante a ser considerado é a existência de estratégias de capacitação e orientação estruturada aos voluntários. Isso irá auxiliar em seu processo educativo e formativo, além de contribuir para que a execução dos planos de trabalho seja feita de forma alinhada às características e objetivos da UC ou de outras UOs do ICMBio. Dentre as chamadas já realizadas e incluídas no Sistema, 73% contemplaram treinamento para a realização das atividades.

4.4 Quais as Atividades Realizadas Pelos Voluntários?

São inúmeras as atividades que podem ser realizadas pelos voluntários, como receber e orientar visitantes, acompanhar pesquisadores, apoiar a construção e manutenção de trilhas, auxiliar em reuniões e oficinas de conselho ou com as comunidades, atividades administrativas, apoio na comunicação, entre muitas outras. O período da experiência também pode ser muito variado. Algumas pessoas passam um ou dois meses de férias voluntariando, outros participam de um mutirão de plantio de mudas de um dia, e outros dedicam alguns dias, todos os meses, para apoiar uma unidade. Também tem aqueles que tem apoiado a UC sendo voluntários à distância, afinal há muitas coisas que podem ser feitas remotamente como produção de materiais de comunicação, organização de bancos de dados, análise de informações da área, entre outras.

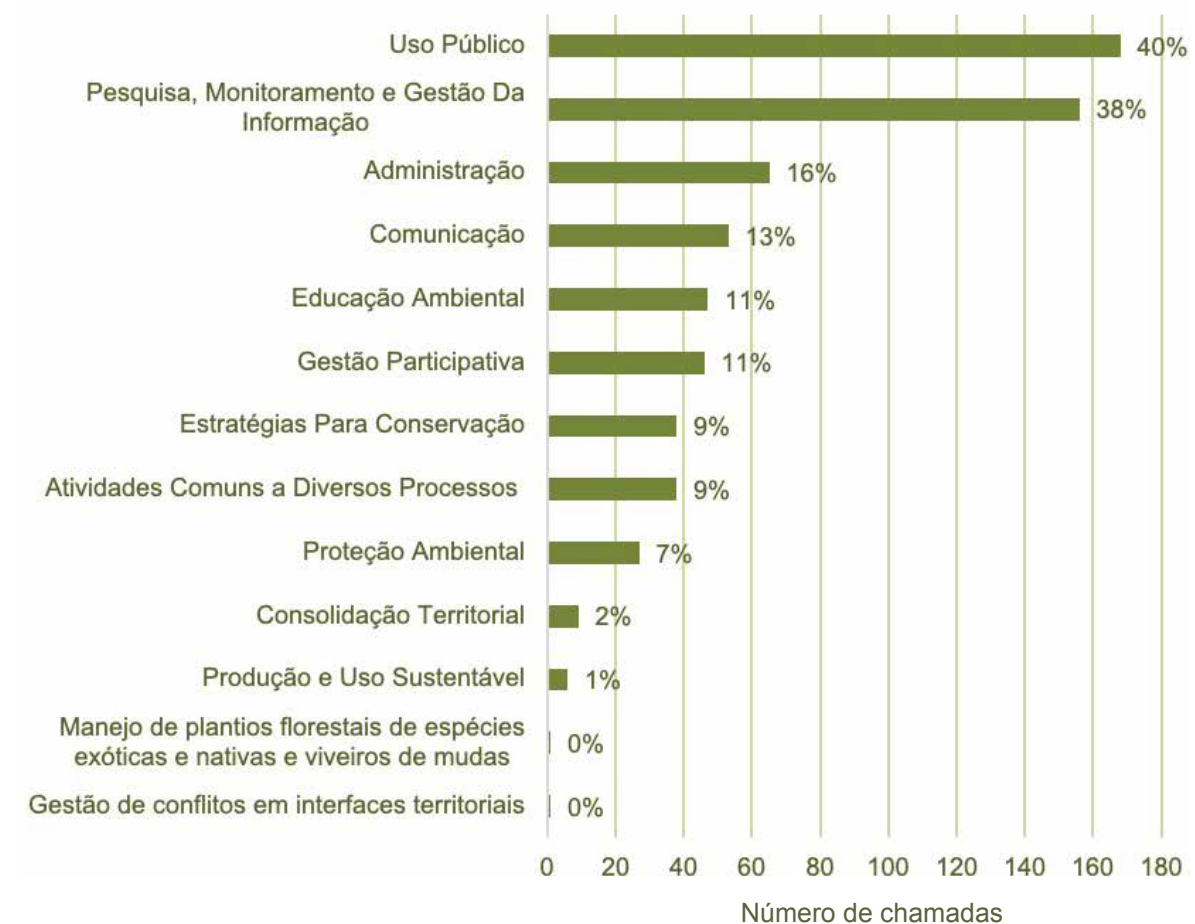
Por meio da análise de 415 chamadas foi possível identificar as áreas temáticas em que o voluntário mais tem atuado. Dentre elas estão o “uso público” e a “pesquisa, monitoramento e gestão da informação”, contempladas por 40% e 38% das chamadas, respectivamente. Essas linhas temáticas agrupam as

ações onde, historicamente, os voluntários atuam com maior intensidade. Assim, é possível trabalhar de forma estratégica para ampliar o escopo de atuação dos voluntários na medida em que o Programa vai amadurecendo.

Existe um forte alinhamento entre as áreas de oportunidade de voluntariado e as áreas de interesse dos voluntários cadastrados no Sistema. As áreas de maior interesse são: pesquisa, monitoramento e gestão da informação; educação ambiental; atividades comuns a diversos processos; proteção ambiental e estratégias para conservação. Isso mostra que a demanda das unidades dialoga com o desejo dos potenciais voluntários, revelando um cenário de enorme oportunidade para a ampliação da participação desses interessados, na consolidação de ações estratégicas e nas demandas das áreas protegidas.

Por outro lado, isso também demonstra um potencial de expansão do voluntariado para outras frentes, o que necessita de uma construção junto a gestores no próprio processo de planejamento de recebimento dos voluntários.

Áreas temáticas



LINHAS TEMÁTICAS EM QUE O VOLUNTÁRIO DESENVOLVEU SUAS ATIVIDADES DURANTE O VOLUNTARIADO NAS UNIDADES NO ICMBio.

4.5 Qual a Avaliação dos Voluntários Sobre a Experiência e Sobre o Programa?

A avaliação dos voluntários sobre a experiência e sobre o Programa abrangeu duas amostras, uma contemplando 584 voluntários e outra contemplando 719 voluntários, com atividades realizadas em 56 UOs (lembrando que isso contabiliza centros de pesquisas, área administrativa e UCs). Os dados foram coletados entre 2018 e 2020, via Sistema do Voluntariado. Essas informações auxiliam a compreender se os caminhos que o Programa está seguindo estão adequados e onde seria possível melhorar.

Uma primeira etapa da avaliação foi destinada a compreender a percepção dos voluntários sobre as informações que receberam anteriormente à experiência. O próximo gráfico demonstra que na maioria dos casos os voluntários acreditam que tem sido adequadamente informados, com alguns itens demonstrando mais espaço para melhorias, tais como: o esclarecimento sobre a rotina de atividades, o oferecimento de alimentação, a avaliação que seria realizada e

sobre itens que precisam ser levados pelos voluntários. Ressalta-se que, apesar dessas questões terem sido destacadas por uma porcentagem pequena de participantes, é importante muita atenção por parte dos gestores para elas, pois a falta dessas informações pode comprometer o alcance de uma experiência mais positiva pelo voluntário.

A compreensão sobre a percepção dos voluntários em relação às informações disponibilizadas pelo Programa, o processo de contato e seleção para voluntariar e a navegação no Sistema, foi analisada contemplando as respostas de 584 voluntários, com cerca de 90% deles avaliando estes elementos como muito bons ou bons. Alguns aspectos operacionais como a navegação no Sistema e as informações disponíveis sobre o Programa, ICMBio e as unidades, apesar de bem avaliados pela maioria dos voluntários, possuem maior espaço para aprimoramento.



Ingrid Andrade Rocha

Sou a Ingrid, também conhecida como Fitinha e já perdi a conta de quantas horas voluntariei no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV). Tenho 25 anos e estou cursando mestrado, além de ser bióloga pela Universidade Federal de São Carlos, no estado de São Paulo. Apesar de cursar biologia, só fui saber da existência e função de uma unidade de conservação (UC) no quarto ano da graduação, aos 22 anos de vida. Até então, eu desconhecia o ICMBio, assim como os serviços ambientais realizados pelo Estado, a fim de cumprir seu dever previsto em constituição. Tudo começa quando meus grandes amigos, Piquerobi de Souza e Thiago Dias, vulgo Menudo (também voluntários), entusiastas e malucos da conservação, passaram a me contar de suas incríveis experiências no PNCV e indicaram para que me inscrevesse no Programa de Voluntariado do ICMBio. Diziam que tinha tudo a ver comigo e que seria incrível, eu só não tinha noção do quão incrível realmente seria (e ainda é).

Da minha família, eu sou a primeira, e ainda a única a conhecer e visitar uma unidade de conservação. Acho que meus pais e irmãos, apesar de me apoiarem, ainda não entendem a amplitude do trabalho que eu desenvolvi nos meus períodos de voluntariado, mas como ficar chateada, se assim como eles, por muito tempo eu não tinha conhecimento, muito menos acesso a tais espaços?! Na verdade, sou ciente e crítica de que essa é a realidade da maioria dos brasileiros e acredito que muito provavelmente isso reflete na falta de consciência ambiental da nossa população.

É por isso que eu considero o Programa de Voluntariado algo tão revolucionário. O Programa me proporcionou visitar uma unidade e conviver, pela primeira vez, e de fato, com a relevante natureza e biodiversidade do meu país. Me fez unir todo o conhecimento acadêmico, até então teórico, às práticas do cotidiano e isso foi se dando e se experienciando através das ações de monitoramento e educação ambiental, até o momento em que eu não estava sendo só transformada, mas passei a transformar. Senti que nessas idas e vindas, entre os períodos de voluntariado, fui desenvolvendo as competências necessárias para contribuir ainda mais para a gestão, ou como a chefe (Carol Camargos) costuma

dizer, “bastidores” da unidade, no objetivo de superar os desafios da resistência que é ser e gerir uma unidade de conservação, assim como tudo que ela proporciona.

Foi também durante o Programa que passei a questionar a minha condição humana e a relação com o meio ambiente. As relações humanas que estabeleci e todo o conhecimento que a comunidade do Parque e, principalmente, do entorno dela me proporcionaram, é de impossível descrição. Tanto que hoje, por muitas vezes, me dói estar em espaços onde é nítido a não conscientização ambiental, inclusive por parte das pessoas que eu amo e convivo. A prepotente ideia de que não pertencemos ao meio ambiente enquanto ecossistema, junto ao mito do “se jogar fora” qualquer que seja o resíduo, reforça a não responsabilidade ambiental e não busca por um desenvolvimento sustentável, que é muito possível e mais que necessário.

Acredito que o voluntariado me proporcionou uma formação cidadã, humana e ambiental. Hoje, a meta é transformar e ser transformada pelos lugares que eu ocupo, pois é minha obrigação me posicionar, tanto como cidadã, e enquanto educadora formada, seja na escola, na praça, na minha casa, na casa de amigos e da família, onde quer que seja. No presente, promovo a divulgação do Programa em espaços onde as pessoas precisam conhecer essa possibilidade, e como eu, ser transformadas a nível de mudança de vida. Meu grande sonho, meta de vida mesmo, é possuir uma RPPN, ocupando um espaço que precise de atenção ambiental promovendo a conservação, preservação e restauração a partir da educação e da transformação social aos que futuramente irão interagir nesse espaço. Realmente acredito nos avanços ambientais, sei que em alguns momentos ele está mais lento, quase que parando, em outros possuiu maior incentivo.

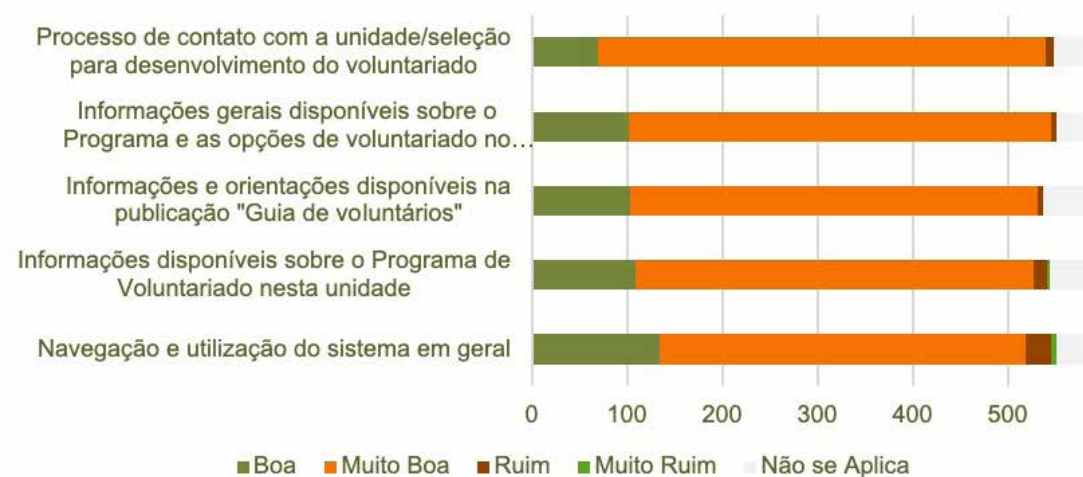
O Programa de Voluntariado proporciona essa imensa rede de potencial humano e ambiental transformador, creio ter criado com as minhas e os meus colegas voluntários, essa indescritível e ao mesmo tempo indestrutível rede. Nossas articulações vão no sentido de proporcionar o que nos transformou a outras pessoas, pois isso vai proporcionar sentido e qualidade de vida aos indivíduos ao mesmo tempo que proporciona a resistência da nossa biodiversidade.

Percepção dos voluntários sobre a suficiência e adequação das informações recebidas



PERCEPÇÃO SOBRE A SUFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS AOS VOLUNTÁRIOS ANTES DO INÍCIO DE SUA EXPERIÊNCIA.

Percepção dos voluntários sobre informações disponíveis e interações prévias



PERCEPÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS SOBRE A INTERAÇÃO PRÉVIA COM GESTORES E SISTEMA, E AS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS.

Percepção sobre as contribuições do Programa de Voluntariado



PERCEPÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS SOBRE CONTRIBUIÇÕES GERADAS PELA EXPERIÊNCIA.

A avaliação que os voluntários do ICMBio fazem após a experiência tem sido muito positiva, com mais de 80% apontando que esta superou as expectativas, e mais de 90% relatando que o Programa contribuiu tanto para o crescimento pessoal quanto profissional. Alguns destaques apontados por eles é a oportunidade de trabalhar em equipe, os aprendizados pelo contato com a cultura e o contexto social das comunidades locais e, ainda, sua sensibilização quanto à importância da conservação e do papel das UCs. Os resultados demonstraram, ainda, que na percepção de 96% dos voluntários, o Programa contribuiu no engajamento da sociedade na conservação da biodiversidade. Tal engajamento se reflete já na postura dos próprios voluntários após sua vivência, mas também pode alcançar os demais públicos com os quais eles tiveram contato, uma vez que muitas atividades se direcionam à recepção de visitantes.

Uma análise complementar, realizada junto a 584 voluntários, também destacou uma percepção bastante positiva quanto a experiência e os conhecimentos adquiridos, que auxiliarão seu desenvolvimento pessoal e profissional. Isso ressalta a via de mão dupla dos benefícios do Programa, onde essas pessoas contribuem para as atividades das UOs ao mesmo tempo em que colhem aprendizados importantes que perduram em suas vidas, além do sentimento de contribuir para uma causa.

Outro aspecto interessante é que o conhecimento adquirido vai além de habilidades importantes ao crescimento pessoal e profissional, abrangendo a importância do ICMBio, sua missão e objetivos, conhecimentos sobre a importância das áreas protegidas e da conservação da biodiversidade. Dessa forma, o voluntariado se mostra uma estratégia efetiva de aproximar a sociedade do trabalho do ICMBio e de sensibilizá-la quanto sua importância.

Percepção dos voluntários sobre as contribuições do Programa

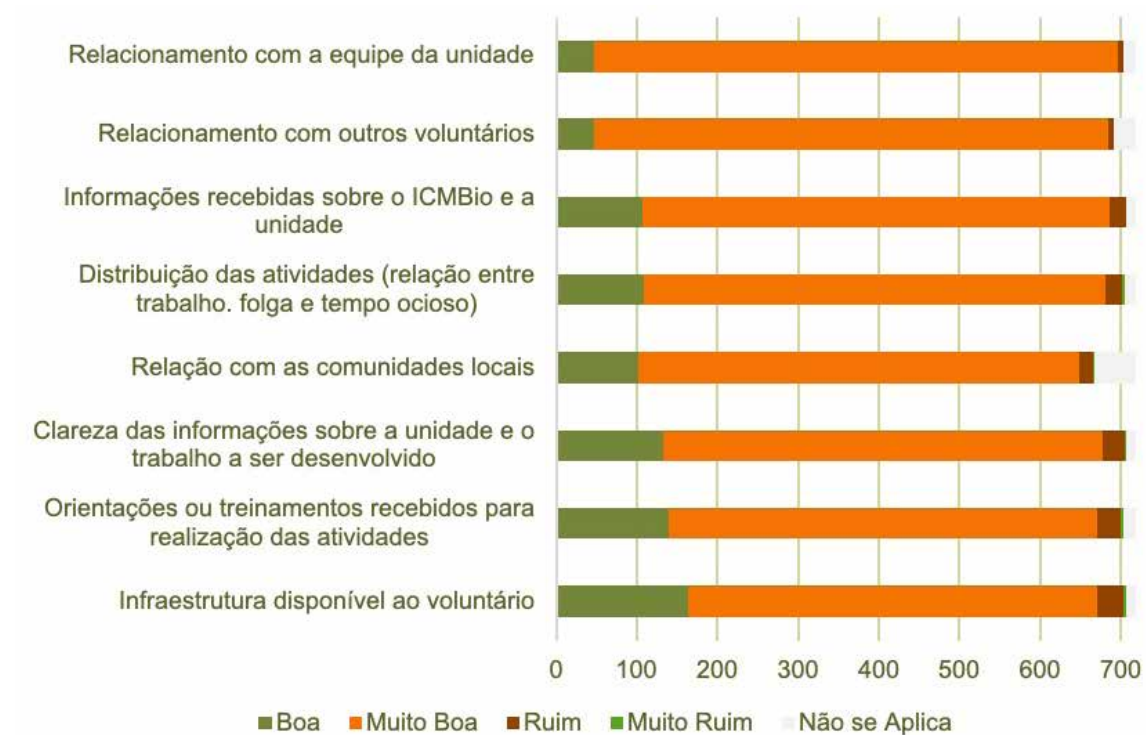


PERCEPÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PESSOAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO VOLUNTARIADO.

Além de compreender as contribuições que os voluntários percebiam em relação ao Programa, as avaliações também pretenderam identificar a percepção dos participantes sobre alguns elementos básicos relacionados à experiência, tais como relacionamentos, informações e orientações recebidas, e infraestrutura. Dentre esses aspectos o relacionamento com outros voluntários e com a equipe das unidades são os melhores avaliados.

Esse item também é destacado nas observações feitas sobre as expectativas dos voluntários que foram superadas, onde se percebe o quanto as trocas entre eles, os funcionários e as comunidades são enriquecedoras. A distribuição das atividades aos voluntários, as orientações recebidas e a clareza de informações sobre as atividades e os trabalhos a serem realizados, foram avaliados de forma positiva, por cerca de 95% dos voluntários, com casos pontuais em que são aponta-

Percepção dos voluntários elementos relacionados as experiências



AVALIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS SOBRE DIVERSOS ELEMENTOS DA EXPERIÊNCIA.

das expectativas não cumpridas quanto às orientações recebidas e as atividades executadas. Exemplos disso, são relatos pontuais que expressam o desapontamento por não terem considerado que seu tempo e/ou suas habilidades, foram bem aproveitadas. A infraestrutura oferecida foi considerada boa ou muito boa por 93% dos voluntários. Esses números provavelmente refletem que os gestores têm sido habilidosos para contornar as dificuldades e para implementar da for-

ma mais adequada possível o Programa, mas também salienta um olhar positivo do voluntário, que a despeito dos problemas tende a se concentrar nos aspectos positivos da experiência. Em uma análise geral, essa avaliação revela que as áreas com mais espaço para melhorias são o planejamento e acompanhamento dos planos de trabalho junto aos voluntários, direcionando atividades ao perfil do voluntário, quando possível, e melhorias na infraestrutura.

4.6 Qual a Percepção dos Gestores Sobre os Voluntários e Sobre o Programa?

Para garantir o sucesso do Programa, outro elemento importante é a avaliação dos gestores sobre o desempenho dos voluntários. Essa avaliação é feita via Sistema de Voluntariado e coleta diversas informações, entre elas: a execução, liderança, iniciativa, criatividade, comprometimento, conduta, proatividade e assiduidade, além de ter espaço aberto para comentários gerais. Assim é possível ter um registro do voluntário para ser considerado em futuras oportunidades, mas também auxilia o gestor em reflexões que permitem que este forneça feedback aos participantes.

Os resultados da avaliação de 868 voluntários demonstraram que estes, de forma geral, tem apresentado um ótimo desempenho, com destaque para o “comprometimento” apontado como muito bom para 87% dos avaliados. Outros três elementos também foram avaliados como muito bom para mais de 80%, sendo eles conduta, assiduidade e boa execução. Os demais variaram entre 78 e 79%, com excesso do item liderança, com 64% destacados como “muito bom”. Esse último resultado é na-

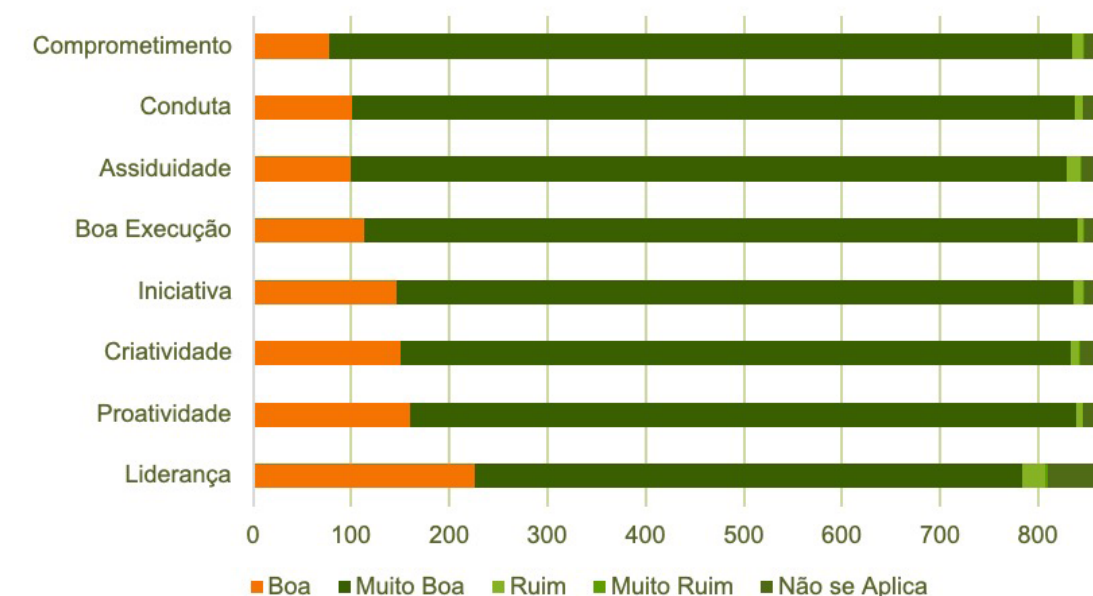
tural, visto que não é esperada uma postura de líder de todos os envolvidos em atividades em equipe.

Além dessa avaliação objetiva quanto ao desempenho dos voluntários, alguns gestores também deixam observações sobre cada voluntário. Até o primeiro semestre de 2020, 303 observações foram feitas, permitindo uma compreensão mais detalhada sobre o perfil de cada participante. Tem sido ressaltados aspectos como a dedicação, o engajamento e o bom relacionamento estabelecido entre os voluntários e as equipes de trabalho, além de algumas características mais específicas, como habilidade de mergulho, em fotografia e uma oratória articulada. Esse tipo de informação pode auxiliar em futuras seleções, formando uma memória sobre os participantes do Programa de Voluntariado e suas potencialidades. Além disso, constam casos em que o voluntário desistiu de suas atividades e qual o motivo, assim como avaliações negativas sobre o comportamento do voluntário, o que também pode ser considerado nos próximos processos seletivos.

Outro aspecto a ser considerado para a gestão do Programa são os desafios de sua implementação, do ponto de vista dos gestores. Um levantamento junto a 38 gestores revela que os principais desafios são o tempo de dedicação aos voluntários que alcançou 64,5% do possível, a falta de estrutura (57,9%), o fornecimento de segurança aos voluntários (43,1%), a falta de conhecimento dos voluntários sobre a unidade e suas normas (29,9%) e a falta de conhecimento dos voluntários sobre as ações que irão desenvolver na unidade (25,7%).

Sem dúvida o tempo é um grande desafio para os gestores, uma vez que estes, geralmente, são bastante sobrecarregados, não contando com uma equipe mínima necessária. Assim, os gestores que tem se dedicado ao Programa localmente são os que, além de acreditar nessa estratégia de aproximação e engajamento da sociedade, conseguiram incluir as obrigações de gerenciar os voluntários e o Programa em suas agendas de trabalho.

Percepção dos gestores em relação aos voluntários



AVALIAÇÃO
DOS VOLUNTÁRIOS
DO PROGRAMA.

A ampliação de investimentos nas infraestruturas das UCs é uma necessidade frequentemente observada nas avaliações da gestão dessas áreas e estão relacionadas não só a uma possível melhor estruturação do Programa de Voluntariado, mas a inúmeras frentes da gestão. Afinal uma UC que não dispõe de infraestrutura mínima para recebimento de voluntários, dificilmente terá condições de receber grupos de pesquisadores ou de alunos, por exemplo. Assim, o investimento na melhoria de infraestruturas nessas áreas vai muito além do fortalecimento do Programa de Voluntariado.

Quanto a necessidade de aprimoramento do planejamento, o MMA (2002) já chamava a atenção para a importância de uma análise das necessidades da unidade, de suas metas de gestão e da

disponibilidade dos voluntários, e ressalta que, quanto maior o envolvimento de toda a equipe da UC, melhores serão os resultados. O envolvimento do voluntário no processo de planejamento, também é desejável, pois auxiliará na clareza das atividades a serem realizadas e na compreensão de como as suas ações estão contribuindo para o alcance dos objetivos de gestão da unidade.

Souza e Schulze (2011) também destaca a necessidade de planejamento, ressaltando a importância da existência de cronograma detalhado para cada voluntário e cada local, visando respeitar a quantidade de gestores e funcionários disponíveis para orientação dos voluntários e buscando uma experiência positiva para todas as partes envolvidas.

4.7 O Que a Experiência Pode Proporcionar aos Voluntários e à Sociedade?

A análise da percepção dos voluntários sobre a contribuição do Programa para a conservação da biodiversidade brasileira, demonstra que seriam muitos os benefícios gerados, sendo que os que mais se destacam seriam a formação de agentes multiplicadores de informações sobre a biodiversidade e as UCs, com 86% das opiniões, e ampliação do conhecimento da sociedade sobre biodiversidade e UCs, com 79%.

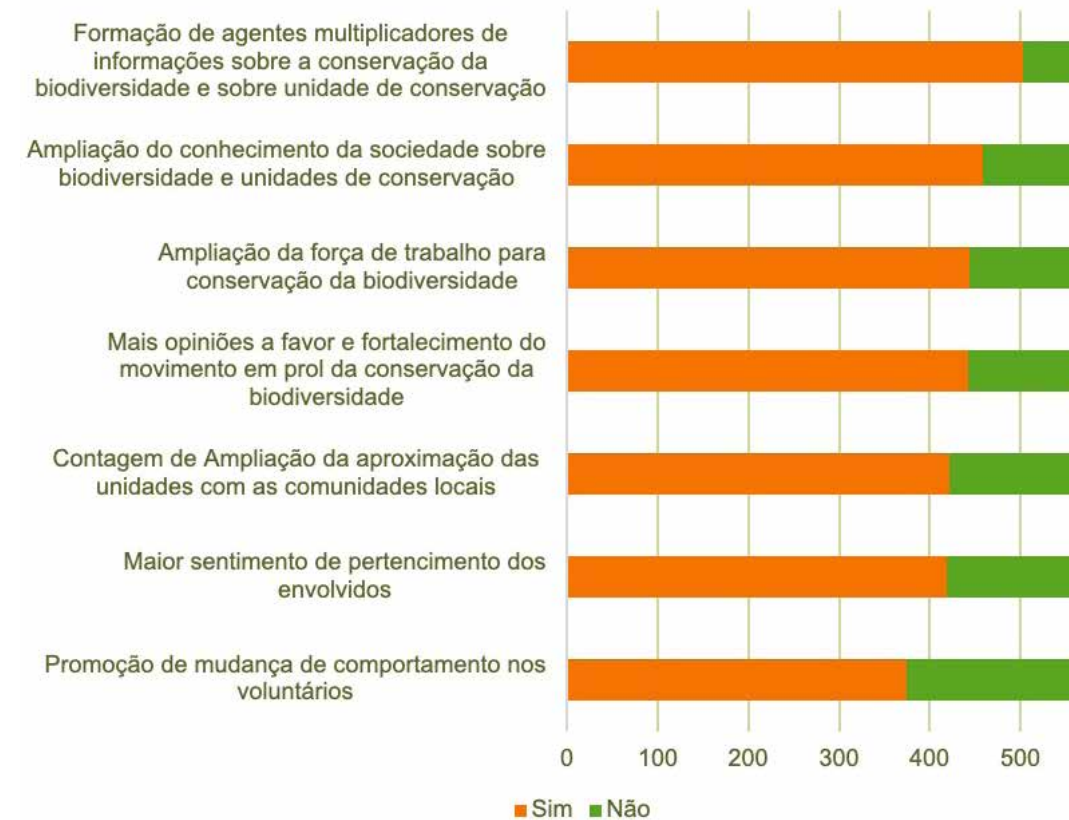
Outras contribuições que se destacam, com mais de 70% de opiniões positivas, consideram o Programa como possibilidade de ampliação da força de trabalho para a conservação e de maior conhecimento da sociedade, e geração de mais opiniões favoráveis para a conservação, além de promover maior proximidade das unidades com as comunidades locais. Esse último tem especial relevância, pois, sem dúvida, o voluntariado pode ser mais uma estratégia de aproximação e envolvimento da comunidade local na gestão destas áreas.

O único item avaliado positivamente por menos de 70% foi a oportunidade de o Programa promover mudança de comportamento nos voluntários, o que pode refletir uma identificação desses voluntários como indivíduos já sensibilizados à causa ambiental, mesmo antes de participarem do Programa.

Um levantamento realizado junto a 38 gestores do ICMBio revela que, para os gestores, os principais aspectos positivos associados ao Programa são: a ampliação do conhecimento da sociedade em geral sobre a unidade e sua importância, com 57,8%, e a promoção de oportunidades de participação da sociedade na conservação da biodiversidade, que alcançou 50,7%. Outros aspectos que se destacaram foram a melhora da relação com a comunidade do entorno (44,9%), a possibilidade de desenvolver atividades diversificadas (44,6%) e a ampliação da mão de obra disponível (41,6%) (Pellin et al. 2018).

PERCEPÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE VOLUNTARIADO À SOCIEDADE.

Avaliação da contribuição do Programa ao voluntário



Esses resultados estão alinhados com as percepções dos voluntários e com as novas diretrizes estratégicas e de propósito do Programa, dentre as quais a integração da sociedade à gestão das unidades e sua contribuição na missão de proteção da sociobiodiversidade, são alguns dos elementos norteadores.

Esses resultados também estão alinhados ao próprio Decreto nº 5.758/2006, que instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e que recomenda que a promoção do serviço voluntário no apoio às UCs seja uma das estratégias para mobilizar e formalizar parcerias para a gestão, auxiliando assim, no objetivo geral de “aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC”.



FOTO: GUILHERME RIBEIRO VIEIRA, FLONA DA RESTINGA DE CABEDELÔ.

Voluntariado, Uma Ferramenta de Conservação da Natureza com Grande Potencial

Claudio Valladares-Padua

Uma das vantagens de ser uma pessoa mais “sênior” é a experiência acumulada no correr dos anos de nossa longa vida. Eu, graças a isso, tive algumas experiências com voluntariado que me fizeram um apaixonado por essa prática solidária e do bem que, quando realizada da forma adequada, trás ganhos a todos os envolvidos. Creio que o voluntariado no Brasil poderia ter um papel muito mais saliente em todos os campos profissionais, mas especialmente nos temas relacionados à conservação da natureza.

Recordo-me de algumas experiências com o tema que envolveram diferentes públicos e foram marcantes na minha jornada pessoal e profissional. A primeira foi nos anos 1960, quando ainda jovem caçava no Pantanal (naquela época era possível caçar legalmente), e encontrei um grupo de estudantes de veterinária e agronomia do Rio Grande do Sul, trabalhando como voluntários de férias do Projeto Rondon, nas fazendas da região. O Projeto Rondon é um programa do governo federal que existe desde 1966, cuja missão é contribuir com o desenvolvimento local sustentável e promover a cidadania. Convivi com esse grupo por um mês, e foi quando pude observar como esses jovens contribuíram e aprenderam com essa experiência da vida real, muito diferente das salas de aula e laboratórios de suas escolas. Além de tudo, estavam superanimados com a aventura de viverem longe de suas casas e de suas famílias num local de natureza espetacular, o que certamente gravaram para sempre nos seus repositórios de histórias pessoais, tão importante na formação de seres humanos.

Minha segunda vivência marcante com voluntariado ocorreu nos anos 1980, quando fui fazer estágio no Jersey Zoo. Nessa época eu trabalhava no Centro de Primatologia do Rio de Janeiro e fui contemplado com a oportunidade de passar dois meses estagiando nesse zoológico, que é especializado em espécies ameaçadas de extinção, criado por Geral Durrell, famoso pesquisador e escritor inglês na ilha de Jersey no Canal da Mancha.

Os jardins do zoo eram extremamente bem cuidados por alguns profissionais e por um contingente de “jardineiros voluntários”, todos da terceira ou, mais amigavelmente, da melhor idade. Era um prazer observar pessoas mais velhas, provavelmente aposentadas, felizes por terem a oportunidade de dedicar algumas horas fora de suas residências em um trabalho de criação de vida e beleza.

Minha terceira experiência foi bem mais recente, e ocorreu no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, onde a empresa Parquetur, da qual sou sócio e co-fundador, tem um contrato de concessão com o ICMBio/MMA em parceria com a Socicam, para operar as atividades de uso público desta unidade de conservação. Os jovens voluntários que ali trabalham estão sempre solícitos e cheios de energia. É muito bom vê-los em ação incansável e com presença marcadamente positiva na gestão da unidade de conservação.

Todavia, nem tudo é um mar de rosas e é muito comum voluntários, quando inexperientes, darem mais trabalho aos responsáveis por sua atuação do que ajuda, pois estes necessitam de orientação e supervisão. O voluntariado em parques é como muitas outras atividades que, embora públicas, muitas vezes requerem uma dinâmica de gestão privada para seu sucesso.

Para solucionar esse desafio, minha experiência indica que a organização de um sistema de inscrição, seleção e orientação dos candidatos a voluntários, preparando-os antecipadamente, viabiliza a melhor supervisão profissional do trabalho que deve ser realizado.

Os parques dos Estados Unidos da América possuem um portal volunteer.gov que atende a muitas instituições do sistema de organizações responsáveis pelos recursos naturais e culturais do país. São 10 organizações que incluem entre outras, o Serviço de Parques Nacionais, as Florestas Nacionais e o Serviço Geológico. Possuem também inúmeras organizações não governamentais, sejam públicas ou privadas, que dão grande apoio ao sistema de voluntariado em parques. Esse é o caso das fundações como a National Parks Foundation ou, num caso específico, os Amigos de Acádia, que é uma organização privada sem fins lucrativos, que organiza os voluntários e a filantropia que visa beneficiar a conservação do Parque Nacional de Acádia.

No campo das unidades de conservação no Brasil, o trabalho voluntariado tem se mostrado como uma boa alternativa, mas com desafios expostos anteriormente. Vejo como importantíssimo para o sucesso amplo da criação de um programa de voluntariado nas áreas protegidas brasileiras a criação de organizações de apoio ao voluntariado, com gestão e fundos independentes do sistema público, mas em parceria estreita com o mesmo. O governo teria o poder de decisão e seria o encarregado de um processo de seleção de organizações do terceiro setor interessadas em se envolver e apoiar esse campo de maneira semelhante ao que tem feito com as concessões em uso público de algumas unidades de conservação em nosso país.

Dessa maneira, a meu ver, vamos poder dar um grande impulso ao voluntariado em nossas unidades de conservação e contar com um contingente de pessoas significativo, colocando suas capacidades e boa vontade a serviço do bem comum.

Todos saem ganhando e o mundo fica muito melhor. Além disso, as áreas protegidas ganham uma legião de aliados, voluntários e ex-voluntários, que poderão atuar em sua defesa no futuro.

5

Reflexões sobre Boas Práticas na Gestão de Programas de Voluntariado

Existem diversos estudos que tratam de boas práticas na gestão de programas de voluntariado (Follman, 2015). Ao olhar para o Programa de Voluntariado do ICMBio, à luz de algumas boas práticas recomendadas, depois de quatro anos em processo de reestruturação, é possível perceber diversos avanços e desafios.

Estabelecimento de Diretrizes e Regras Claras

Parte desse processo envolveu o esforço para a elaboração de planejamento estratégico e de diretrizes mais claras para o Programa, com a publicação de uma nova regulamentação - IN nº 03/2016 e de materiais como os Guias do Gestor e Voluntariado. No entanto, há espaço para aprimoramento tanto da regulamentação geral, quanto referente ao estabelecimento de diretrizes e normas mais específicas, relacionadas a cada UO onde o voluntariado ocorre.

Capacitação

A construção de um plano de capacitação é importante para que os envolvidos com o Programa, como gestores, voluntários ou parceiros, sejam capazes de compreender seu papel. Alguns cursos de capacitação à distância e presencial, para gestores e voluntários, já estão em fase de estruturação, sendo mais um importante passo para o fortalecimento do Programa.

Para alguns gestores, receber voluntários é algo novo e eles precisam estar preparados para planejar suas atividades, gerir e capacitar esses grupos, mas além disso, para recepcionar e acolher suas expectativas e dúvidas, para compartilhar seu conhecimento e seu tempo, e para promover um clima de aprendizado e trabalho amistoso com resultados positivos para todos os envolvidos. Não é uma tarefa trivial.

Já os voluntários precisam compreender alguns conceitos relacionados às áreas protegidas, aspectos institucionais, as normas básicas das áreas onde vão atuar, regras de conduta esperada, compreender mais sobre as áreas temáticas em que estarão envolvidos, entre outros temas que poderão ser relevantes para a boa execução dos seus planos de trabalho. Parte desse conteúdo é mais geral e, possivelmente, voltado a todos os voluntários da instituição, mas parte será específico de cada região, UC ou tema em que os voluntários irão atuar.

No entanto, a aprendizagem dos voluntários deve ser considerada de uma perspectiva mais ampla. Ela não envolverá apenas a teoria pura e simples, mas será resultado de uma combinação de conhecimentos, motivações, valores, recursos, atitudes e habilidades. Essa perspectiva, mais alinhada a aprendizagem por competências, tenderá a estimular o indivíduo a atuar melhor em equipe e a gerenciar com criatividade situações complexas. Como resultado teremos ainda a construção de um elo afetivo entre os voluntários, a natureza e as UCs ou Centros de Pesquisa.

Compartilhamento de Responsabilidades e Segurança

Os papéis e responsabilidades dos envolvidos na experiência de voluntariado precisam estar claros, bem como a definição de como será garantida a segurança dos voluntários. Isso envolve, por exemplo, seguros e fornecimento e uso de equipamentos de proteção individual para algumas atividades. Esse é um desafio e uma preocupação institucional, cuja solução deve ser estendida para todas as UOs.

Cadastramento e Seleção de Voluntários

A implantação do Sistema de Voluntariado permitiu o estabelecimento de uma base de dados de interessados em voluntariar, permitindo a padronização do processo de análise e seleção para as vagas que são oferecidas, além de apoiar o gestor na identificação de voluntários, de acordo com as especificidades demandadas pelas UOs. Isso facilita a organização das informações do Programa e garante que os processos sejam cumpridos, trazendo maior velocidade aos trâmites e facilitando a replicação do conhecimento.

Vale destacar que 92% dos voluntários, avaliaram que a navegação no Sistema realizada para seu cadastramento foi boa ou muito boa, e 98% consideraram que o processo de contato com a unidade e seleção para o desenvolvimento do voluntariado foi boa ou muito boa, demonstrando que as estratégias implementadas estão atendendo às necessidades dos usuários de forma satisfatória até o momento.

Planejamento e Acompanhamento

A realização de um planejamento estratégico para o Programa, em 2016, foi um avanço e representou a oportunidade para o desenvolvimento de uma série de atividades realizadas posteriormente para sua reestruturação. No nível das UCs também é fundamental que o Programa seja pautado em planejamentos locais, com a definição de objetivos e de público-alvo, informando sobre a estrutura oferecida, o período, as atividades realizadas etc. As UOs que aderiram ao Sistema de Voluntariado já estão inserindo informações básicas. Estas são base para a elaboração dos planos de trabalho que serão validados pelos voluntários que ingressam no Programa.

Este aspecto fez parte das avaliações realizadas junto aos voluntários, sendo considerada que a clareza das informações fornecidas e as orientações prestadas pela equipe que acompanhava os voluntários foi boa ou muito boa para mais de 94% dos envolvidos. Para garantir resultados como esse é importante o delineamento de um plano de capacitação que garanta o intercâmbio do conhecimento entre os gestores que operam o voluntariado a mais tempo, e os menos experientes.



FOTO: ALESSANDRA FONTANA. PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA.

Comunicação com os Voluntários

A partir da definição da identidade visual do Programa do Voluntariado e de uma série de vídeos de divulgação, os guias do programa e outros esforços de comunicação, o Programa passou a ter maior visibilidade. Esse é um elemento que certamente tem contribuído para o aumento do interesse de voluntários, em todo o território nacional, alcançando em meados de 2020 mais de 30 mil pessoas cadastradas. No entanto, estabelecer e manter um canal de comunicação aproveitando todo esse potencial para estreitar relações e repassar informações relevantes para esse público ainda é um desafio para o qual devem ser definidas estratégias de ação.

Se a comunicação com os potenciais voluntários ainda é um desafio, a comunicação com quem realiza ou já realizou o voluntariado parece estar em melhor situação. Em nível mais amplo, a grande maioria dos voluntários avaliam como boa ou muito boa as informações disponíveis sobre o Programa de forma geral, e sobre o Programa nas unidades (90%) e as informações disponíveis no Guia de Voluntários (91%).

Em um nível mais local, a comunicação faz parte da rotina dos envolvidos com o Programa, gestores e voluntários, contribuindo com o processo de orientação e feedback dos gestores para os voluntários e sendo fundamental para o bom relacionamento dos envolvidos. Esse é um tema relevante para ser trabalhado em futuras capacitações.

Até o momento, ao menos por parte dos voluntários, há indícios de que a comunicação tem sido satisfatória, considerando que estes avaliaram que as orientações e a clareza das informações sobre a unidade e o trabalho foram consideradas boas ou muito boas, por 94%, e que o relacionamento com a equipe, que é muito influenciado pela boa comunicação, foi avaliado como bom ou muito bom pela quase totalidade dos participantes, 97%.

Diversidade de Oportunidades

O planejamento da implantação do Programa de Voluntariado, localmente, e dos planos de trabalho dos voluntários, podem contemplar uma grande diversidade de atividades que vão das mais simples como, mutirões de limpeza ou o cadastro de visitantes, até outras mais complexas, como guiar grupos de pesquisadores, apoiar a prevenção e combate à incêndios, apoiar a elaboração de projetos de infraestrutura, entre outros. Identificar e oferecer essas diversas oportunidades dependem do olhar sensível dos gestores e da disposição para construir esses processos a partir do apoio dos voluntários. Até o momento é possível perceber que o Programa tem tido maior foco em atividades mais tradicionalmente realizadas por voluntários, como de apoio ao uso público e de pesquisa e monitoramento. No entanto, a amostra dos voluntários cadastrados no Sistema com sua diversidade de perfis, áreas de formação e de atuação profissional, demonstra que existe um grande potencial de expansão das linhas de atuação e atividades realizadas por voluntários.

Além das profissões que estão mais tradicionalmente associados à conservação como biólogos, gestores ambientais, engenheiros florestais, etc., existe uma série de profissionais engenheiros, arquitetos, administradores, economistas, cientistas

sociais, profissionais da saúde, entre outros, que podem trazer importantes contribuições para a implementação de ações estratégicas nessas áreas. Destaca-se ainda que o potencial pode ser observado em todos os níveis de escolaridade e perfis profissionais. Entre os cadastrados hoje, existe também uma série de pessoas que se destacam mais pelo potencial associado à sua atuação profissional e habilidades, do que por apresentarem ou não uma formação específica, é o caso de diversos voluntários que atuam como gestores de empreendimentos, recepcionistas, cozinheiros, mecânicos, eletricitas, agricultores, jardineiros, entre muitos outros. Outro exemplo são os voluntários que, devido à sua atuação mais intensa e experiência, acabam desenvolvendo a capacidade de orientar e coordenar grupos de voluntários menos experientes, trazendo um apoio valioso aos gestores.

Desta forma, fica claro que apesar do Programa ser predominantemente constituído por jovens universitários até o momento, existe uma grande oportunidade de ampliação deste público para outros profissionais e faixas etárias. Representantes da terceira idade, por exemplo, podem dispor de tempo e conhecimentos preciosos que podem ser partilhados com o Programa.

Sistema de Avaliação

Safrit e Schmiesing (2012) destaca que a avaliação é um elemento essencial para a gestão de programas de voluntariado, e que deve vir acompanhada do registro de seus impactos para que seja possível demonstrar claramente o seu valor para a sociedade. Os estudos também mostraram ligações claras entre o uso de boas práticas de gestão e a satisfação do voluntário e que, por exemplo, atuar com treinamento e estratégias de reconhecimento de voluntários, levaram a maior retenção dos envolvidos.

Esta tem sido uma preocupação do Programa que entende a importância de que todos os envolvidos tenham a oportunidade de avaliar a experiência para que seja possível identificar pontos fortes e pontos fracos e realizar aprimoramentos, promovendo uma gestão adaptativa de fato. A implantação do Sistema de Voluntariado traz uma grande contribuição nesse sentido, permitindo que voluntários e gestores, avaliem de forma mais prática, todo o processo e que a coordenação geral do Programa tenha condições de contar com informações sistematizadas para a gestão.

Reconhecimento dos Voluntários

O reconhecimento da importância dos voluntários é considerado uma boa prática e é uma das premissas do Programa. Prova disso é que faz parte do seu propósito “promover o engajamento da sociedade na conservação da biodiversidade por meio da ação voluntária e do reconhecimento público dessa contribuição”. No entanto, ainda é necessário avançar nesse tema e na definição de estratégias que permitam a ampliação do reconhecimento e premiação dos voluntários de acordo com o seu desempenho, de forma a mantê-los estimulados.

Durante a Oficina de Boas Práticas em Voluntariado, realizada em 2017, foram discutidas algumas possíveis estratégias para fomentar esse reconhecimento, tais como, um sistema de qualificação e recomendação dos voluntários com melhores desempenhos, a confecção de bottons ou outros materiais com a identidade das áreas onde atuaram e que pudessem ser colecionáveis, um passaporte para os voluntários preencherem com suas experiências, encontros anuais de voluntários, definição de voluntários em destaque todos os meses, divulgação destacando sua importância em mídias sociais e outros meios de comunicação, oportunidades de capacitações diferenciadas dependendo da qualificação do voluntário, participação em publicações e congressos, descontos ou isenções para visitação em UCs federais, entre outras.

Sustentabilidade Financeira

Muitos dos avanços realizados no processo de reestruturação do Programa, foram possíveis graças à intensa dedicação dos técnicos e gestores do ICMBio, mas também ao estabelecimento de parcerias, o que é positivo e desejável. O orçamento para investimentos e gestão do Programa de Voluntariado tem sido aquém do que seria o necessário para desenvolver diversas ações estruturantes como o estabelecimento de processos contínuos de capacitação dos envolvidos, de uma equipe mínima para apoiar a gestão do Programa, custear seguros coletivos, ações de reconhecimento aos voluntários e de divulgação e comunicação, por exemplo. Além disso, também existe o desafio dos custos locais para sua implementação em cada unidade e que envolve, equipe adequada, infraestrutura e apoio logístico para os voluntários e para a execução das atividades previstas nos planos de trabalho.

Durante a Oficina de Boas Práticas em Voluntariado, realizada em 2017 em Brasília, foram discutidas algumas possíveis estratégias para buscar maior sustentabilidade financeira para o Programa. Entre elas: I. buscar apoio de empresas; II. incluir a possibilidade de maior integração do Programa junto aos contratos de concessões; III. buscar oportunidades de financiamento junto ao sistema de compensação e/ou conversão de multas; IV. estimular a criação de uma instituição gestora para o Programa regional ou por bioma para que seja possível maior flexibilidade na gestão do recurso; V. uso de bancos de imagens das UCs em materiais escolares ou outras publicações; VI. estruturar arranjos que permitam a captação local de recursos e estabelecimento de parcerias com instituições locais usando mecanismos de troca solidário, arredondamento etc.; VII. abertura de um fundo específico para a gestão do Programa; VIII. contratação de uma consultoria para apoiar o mapeamento das necessidades e captação de recursos; IX. avaliar a viabilidade de apoiar a criação de associações locais de amigos das UCs para apoiar o Programa.

Estabelecimento de Parcerias

Um estudo do National Park Service (NPS) e Walker Davidson (2017) analisou programas de voluntariado em 282 unidades do NPS, usando algumas boas práticas como critérios: I. gestão dos programas; II. recursos para gestão; III. planejamento e infraestrutura; IV. envolvimento de voluntários; V. recrutamento e treinamento; VI. medição e avaliação; e VII. reconhecimento e celebração. Os resultados demonstraram que aqueles coordenados apenas pela equipe do NPS estavam alcançando resultados piores dos que estavam sendo realizados com parceiros, e aderindo apenas parcialmente às boas práticas recomendadas para a gestão de voluntários. Os resultados dos autores foram baseados em algumas constatações, como de que apenas parte dos envolvidos afirmavam que fornecer uma excelente experiência ao voluntário era uma prioridade de gestão; os coordenadores de voluntários passavam grande parte do seu tempo em outras atividades; a maioria das unidades não tinha intenção de ampliar a equipe envolvida com os programas; metade dos coordenadores não dispunham de recursos para gerenciar seus programas; menos da metade dos sítios estavam alcançando a meta de horas voluntária e; apenas 30% dos voluntários recebiam treinamento. Segundo o autor, parte dessa situação podia ser atribuída aos recursos insuficientes, mas também refletiriam a ausência de políticas e práticas formais de voluntariado nestes locais, bem como sua priorização.

Em um estudo realizado por Follman (2015), as parcerias com instituições sem fins lucrativos resultaram em significativa expansão dos programas de voluntariado nas unidades onde ocorreram, incluindo mais voluntários e tempo de voluntariado contabilizado, fontes de receita e projetos realizados. O autor considera que as parcerias também fortalecem o relacionamento entre as duas organizações e tem a vantagem do parceiro ter condições de se adaptar de maneira mais flexível e ágil às oportunidades e desafios que surgem, além de atrair parceiros adicionais, recursos e conhecimentos complementares.

Buscar referências de países e instituições que já acumulam grande aprendizado no tema pode nos auxiliar a melhor embasar as estratégias e construir a nossa própria história, aproveitando o conhecimento já gerado. A constatação da importância de parcerias para a gestão de programas locais de voluntariado só reforça a crença que o IPÊ já possui, na importância das parcerias como uma das principais estratégias para o desenvolvimento de soluções e de boas práticas na gestão das UCs. Como apontado na primeira edição desta Série Técnica, elas promovem o envolvimento de diferentes setores e esferas de atuação, estimulando o desenvolvimento de ações em rede para a conservação, alcançando melhores resultados (Pellin et al. 2019).

Conservação Colaborativa e Voluntariado

Claudio Maretti



FOTO: POLLYANA PATRICIO COSTA. PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA.



FOTO: NALU MAIA DIAS. PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA.



FOTO: JONATHAN EZEQUIEL DA SILVEIRA. PARNA CAVERNAS DO PERUAÇU.

Precisamos reconhecer que, diferente de muitos manuais e ideias dominantes, na realidade o sucesso das áreas protegidas depende de múltiplos atores sociais contribuindo, por meio de múltiplos arranjos. Há projetos que as apoiam técnica ou financeiramente, de fundos multilaterais governamentais ou organizações filantrópicas. Há acordos entre diferentes níveis de governos ou com organizações da sociedade civil. Nalgumas categorias o papel dos privados e das comunidades tradicionais é indispensável. Há associações de tipo “amigos do parque”. Há empresas contratadas ou concessionárias para prestação de serviços de apoio à visitação. Há contribuição de pesquisadores. Entre outros casos.

Isso, mesmo as UCs mais clássicas, geridas por governos nacionais. Mas, há também áreas protegidas criadas e geridas por governos subnacionais, privados, comunidades tradicionais etc. Em todos os casos há múltiplos atores sociais, contribuindo em múltiplas frentes, em múltiplos arranjos, com a conservação da natureza e o funcionamento das áreas protegidas. Interessa não só reconhecer essas contribuições, e agradecer-las, mas fortalecer esse modelo. Porque esse caminho interessa aos usuários e interessados em uma gestão pública mais aberta, transparente e inclusiva. Essa interação permite que os múltiplos interesses, associados às áreas protegidas, possam ser considerados efetivamente na gestão.

Interessa, portanto, de forma significativa, à própria conservação da natureza e às necessidades e possibilidades de gestão das UCs. Por exemplo, para viabilizar o engajamento de parcela importante da sociedade. Isso é fundamental para apoiar, não só a criação de novas UCs e o reconhecimento de outros tipos de áreas protegidas, mas também a alocação de pessoal, recursos financeiros e políticas públicas adequados à sua gestão, os quais são elementos fundamentais para a eficácia da sua gestão, juntamente com uma governança adequada, particularmente se participativa e equitativa no âmbito local.

Isso é conservação colaborativa. Defendo que as instituições públicas achem caminhos para essa gestão mais aberta e flexível, ao mesmo tempo que mais eficaz, com a conservação da natureza, mas também com relação aos múltiplos interesses da sociedade.

O voluntariado é extremamente estratégico considerando esse novíssimo paradigma da gestão colaborativa. Voluntários atuam em apoio a visitação, no manejo de trilhas, no monitoramento participativo da biodiversidade, na educação ambiental, no apoio a comunidades tradicionais e em muitas outras atividades. Sendo claro, transparente, normalmente há voluntários para a grande maioria dos tipos de atividade e em diferentes condições.

Mas o voluntariado não pode ser visto como substituição de mão de obra. Programas de voluntariado devem ser bem estruturados. A gestão de programa e dos voluntários dá trabalho. Suas mais importantes funções são, por um lado, prestar mais um bom serviço à sociedade, abrindo possibilidades de maior conhecimento da realidade, muito pouco conhecida pelos leigos, da gestão de fato das áreas protegidas. Isso vale tanto como perspectiva profissional, para testar campos ou iniciar em tipos de atividades profissionais, como por perspectiva de vida, dedicando-se à sociedade ou à natureza (pois a gestão das áreas protegidas serve a ambas), como complemento a atividades profissionais regulares ou como interesses complementares de vida. A dedicação a atividade voluntária permite um engajamento muito mais forte da sociedade às causas sociais e pela natureza da gestão das UCs.

As instituições, organizações, associações e empresas, públicas e privadas, que atuam direta ou indiretamente com as áreas protegidas, precisam se abrir muito mais ao voluntariado. Precisamos todos achar caminhos para multiplicação de oportunidades. Para trilhar esses caminhos devemos considerar inações no campo da gestão das instituições. Recomendo a possibilidade de que organizações da sociedade civil se estruturarem para poder assumir a gestão de programas de voluntariado e dos voluntários, fazendo acordos com as instituições gestoras de UCs, públicas, nos três níveis de governo, privadas e comunitárias, para esse fim.

Isso tudo é particularmente importante quando se discute se alcançamos ou não as metas globais atuais (10 e 17%) e se precisamos de mais (30%) para o necessário novo acordo global pela natureza.

Lembramos que a Meta Aichi 11, fala em uma porcentagem (10% marinho e 17% terrestre e águas interiores) do território em UCs e outros mecanismos espaciais eficazes de conservação, em sistemas com representação ecológica e gestão eficaz e equitativa, entre outros critérios. A ciência hoje afirma que essa porcentagem protegida é insuficiente, defendendo pelo menos 30% em 2030, entre outros elementos.

Muito se discute, nos meios científicos, se as áreas protegidas são suficientes, se estão bem localizadas e se são bem geridas. Ao mesmo tempo, a ciência e a técnica seguem demonstrando os múltiplos benefícios das áreas protegidas para diversos fins. Infelizmente, relativamente pouco se aprofunda em entender melhor as relações entre sociedade e natureza e o que, de fato, mobiliza as decisões em favor da sua conservação e em apoio às áreas protegidas. É a sociedade que destrói ou conserva a natureza, que apoia ou não as áreas protegidas e sua gestão. Precisamos da conservação colaborativa e a estruturação de bons programas de voluntariado é um dos inúmeros caminhos.

6

Considerações Finais

Um dos objetivos desta publicação foi sistematizar a trajetória do Programa de Voluntariado do ICMBio e contribuir para a construção conjunta de um processo sólido, que auxilie na sua consolidação. Olhando para trás, é possível perceber que um longo caminho já foi percorrido, mas que ainda há muito para se fazer diante das necessidades e do potencial do Programa.

O Projeto MOSUC acreditou que essa seria uma ação estratégica para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, aproximando mais a sociedade das áreas protegidas e fomentando o engajamento social. Voltando às três perguntas iniciais que motivaram a criação desse projeto: I. Como resolver o desafio de capital humano das UCs? II. Como mudar a cultura de gestão das UCs para mais independência econômica e financeira? III. Como implantar um modelo de gestão em que as UCs são o centro irradiador de um programa integrado de conservação e desenvolvimento no seu entorno?

A história e os resultados que o Programa tem apresentado demonstram que o voluntariado pode apoiar a gestão e auxiliar no enfrentamento ao desafio de capital humano nas UCs, mas que seu valor vai muito além disso. Quando falamos de voluntários em áreas protegidas estamos falando de uma legião de pessoas que, principalmente motivadas pelo desejo de contribuir com a conservação da natureza, destinam parte do seu tempo para apoiar a gestão dessas áreas. Essas pessoas têm buscado, juntas, contribuir para um mundo um pouco melhor.

A reestruturação do Programa de Voluntariado do ICMBio ampliou as oportunidades para que cidadãos comuns, sejam eles de grandes centros urbanos ou de áreas rurais próximos às nossas UCs, entendam e vivenciem a importância e os desafios de se proteger a natureza no país, mas, principalmente, se sintam parte dessa grande missão de conservação.

O IPÊ se sente muito honrado em fazer parte dessa história e agradece a todos os voluntários, gestores e parceiros que tem trilhado essa caminhada de fortalecimento das nossas UCs e envolvimento e engajamento da sociedade na proteção desse patrimônio valioso que pertence a todos nós.

Trilha de Aprendizagem – Implantando Programas de Voluntariado

Com base na experiência adquirida através da reestruturação do Programa de Voluntariado do ICMBio sugerimos um caminho com alguns elementos importantes que devem ser considerados no processo de implantação de um programa de voluntariado. Nem sempre as ações seguirão exatamente essa sequência e algumas etapas podem se sobrepor a outras, mas certamente um olhar atento para cada um desses elementos resultará em melhores resultados, reforçando as boas práticas para o voluntariado.

I. CONSTRUÇÃO

- 01 Surgimento da ideia e motivação.
- 02 Levantamento de experiências e boas práticas (dentro e fora da instituição).



03 Engajamento e comunicação institucional interna (comunicar a ideia à equipe, estimular o engajamento na instituição).

04 Conceituação e planejamento (estabelecimento de missão, visão e estratégias com o maior número de interessados possível).

05 Definição de diretrizes básicas para o Programa (a partir da fase de conceituação e planejamento definir diretrizes e regulamentação básica).

06 Capacitação interna (alinhar conceitos, planejamento e diretrizes com todos os envolvidos da instituição que irão apoiar a implementação do Programa).

II. ATIVAÇÃO

07 Primeira parada para avaliação e ajustes das estratégias (marco importante antes de seguir para ativação).

09 Elaboração de planos de atividade de voluntariado para cada área (documento que contenha período do voluntariado, ações a serem realizadas, perfil desejado, entre outras informações importantes).

08 Comunicação e engajamento externo (divulgação para o público-alvo, sensibilização e mobilização para participação e estabelecimento de mecanismo de diálogo entre instituição e voluntários).

10 Disponibilização de oportunidades de voluntariado (divulgar oportunidades para os interessados).

11 Cadastro e seleção dos interessados (será preciso ter estratégias claras e que sejam dinâmicas e de fácil operacionalização, um sistema específico para isso pode auxiliar).

12 Capacitação de voluntários (definição de estratégias de capacitação mais amplas, relacionadas ao Programa e mais específicas, relacionadas a cada área protegida).

16 Segunda parada para avaliação e ajustes das estratégias (marco importante antes de seguir para consolidação ou expansão).

15 Reconhecimento dos voluntários (definição de estratégias de reconhecimento, celebração e valorização dos voluntários).

14 Avaliação da experiência (será preciso acompanhar e entender os pontos positivos e negativos da experiência para voluntários e gestores, o que pode ser melhorado e o que deve ser mantido).

13 Recebimento e acompanhamento dos voluntários (esse é o momento em que todos os envolvidos precisam estar preparados para receber os voluntários buscando proporcionar uma boa experiência aos participantes).

III. CONSOLIDAÇÃO OU EXPANSÃO

17 Ampliação e/ou consolidação do Programa (os aprendizados adquiridos já permitem pensar estratégias de diversificação e ampliação do Programa, a etapa também é propícia para a busca de novos parceiros, considerando que o Programa já apresenta resultados positivos).

18 Fortalecimento da rede de voluntários como agentes de transformação (fortalecer a rede de voluntários e ampliar sua autonomia como grupo de transformação social e engajamento da sociedade para apoio às áreas protegidas).

Independente da etapa de implantação do programa três elementos devem sempre ser considerados:

- Avaliação, monitoramento e ajustes da rota;
- Estabelecimento de parcerias;
- Estratégia de sustentabilidade financeira.



7

Referências

Armsworth, P. R. et al. Opportunities for Cost-Sharing in Conservation: Variation in Volunteering Effort across Protected Areas. *Plos One* 8. 2013.

Caldana, A. C. F.; Figueiredo, M. A. C. O voluntariado em questão: a subjetividade permitida. *Psicologia, Ciência e Profissão*. 28(3), 466-479. 2008.

Castro, R. Participación y voluntariado ambiental: características e potencialidades. In R. Castro (Org.). *Voluntariado ambiental: claves para la acción pro ambiental comunitaria*. Barcelona: Junta de Andalucía, Consejería de Medio Ambiente. 1998.

Dau, J. Z. R.; Oliveira, F. C. G. O Programa de Voluntariado do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade como Mecanismo de Interface Socioestatal e/ou Participação Social. Brasil, 2015.

Dearden, P.; Bennett, M.; Johnston, J. Trends in global protected area governance, 1992-2002. *Environ. Manage.* 36, 89-100. 2005.

Feitosa, R. M. O Programa Agente Ambiental Voluntário no Estado do Amazonas: Guia de Ferramentas Práticas para Implantação. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Manaus. 2014.

Follman, J. M. Co-coordinated volunteer programs at U.S. national parks: A multi-case study of volunteer partnerships. Dissertação de doutorado. George Washington University. 2015.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Voluntariado ICMBio: Resultados do I Seminário de Voluntariado no ICMBio*. Relatório. 2017.

Kisnerman, N. *Introdução ao trabalho social*. São Paulo. Editora Moraes, 1983.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Planejamento e operação de programas de voluntariado em Unidades de Conservação. DAP: Brasília, 2002.

NPS - National Park Service. Frequently Asked Questions. 2017. Disponível em: <<https://www.nps.gov/aboutus/faqs.htm>>. Acesso em: 04 set. 2017.

Pellin, A.; Gomes, B. N.; Silva, C. H.; Figueiredo, C. R.; Boaventura, F. B.; Castro, C. T.; Prado, F.; Chiaravalloti, R. M.; Padua, C. V. Avaliação da percepção dos gestores do ICMBio sobre os benefícios e desafios relacionados ao voluntariado em unidades de conservação. In: IX Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Florianópolis - SC. 2018.

Pellin, A., Chiaravalloti, R., Prado, F., Pellin, A., Padua, C.V. Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação. In: *Diálogos da Conservação*. IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas. 2019.

Pimm, S. L.; Raven, P. Biodiversity. Extinction by numbers. *Nature*. 403(6772), 843-45. 2000.

Safrit, R. D.; Schmiesing, R. Volunteer Models and Management. In *The Volunteer Management Handbook*, 2nd ed. Hoboken, NJ: Wiley. 2012.

Schwabl, P. et al. Assessment of microplastic concentrations in human stool - Preliminary results of a prospective study. Presented at UEG Week 2018 Vienna. October 24, 2018.

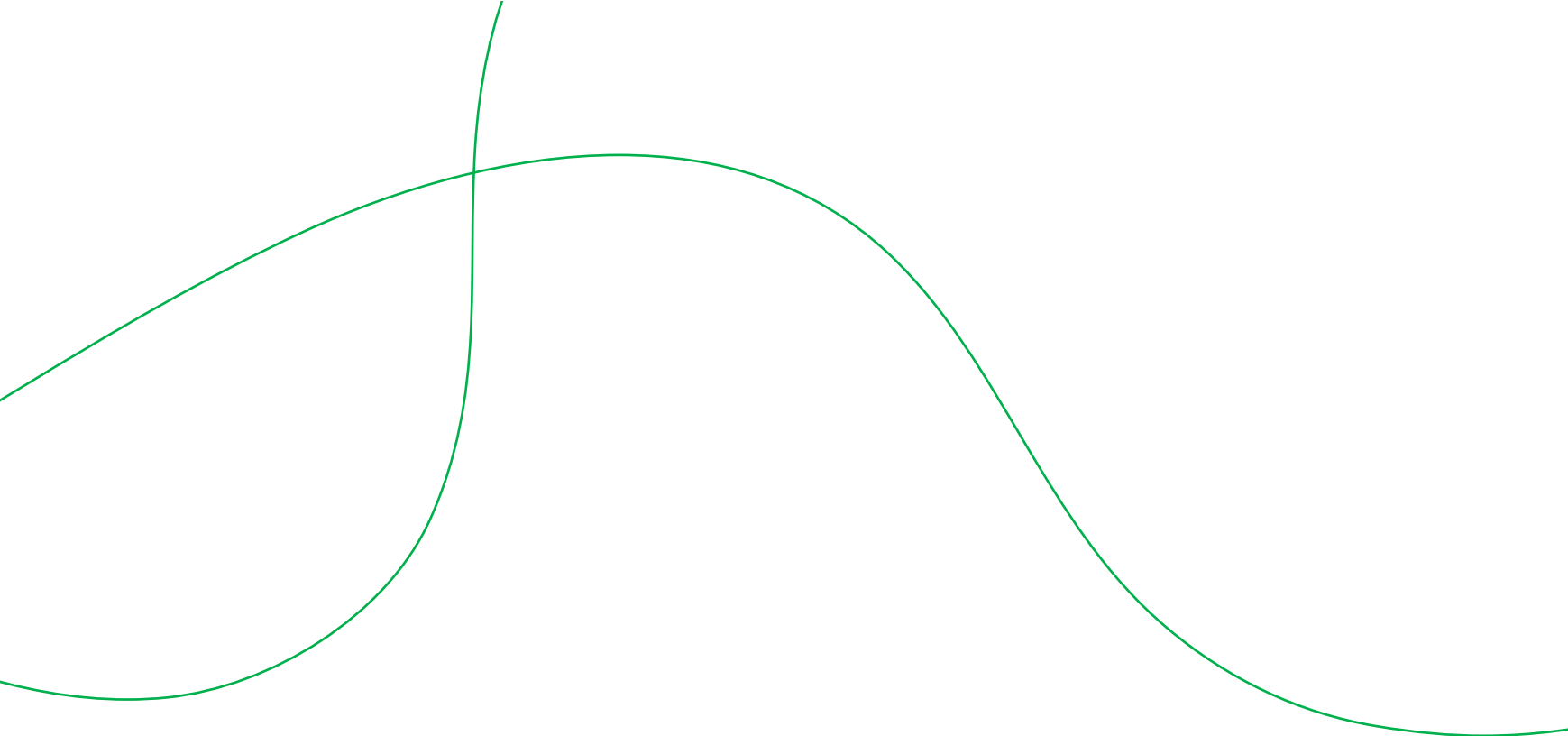
Souza, L. M.; Lautert, L. Trabalho voluntário: uma alternativa para a promoção da saúde de idosos. *Rev Esc Enferm USP*. 42(2), 371-376. 2008.

Souza, C. A.; Schlze, A. L. Voluntariado no Parque Nacional do Iguaçu sob a perspectiva dos visitantes. *Revista Nordestina de Ecoturismo*, Aquidabã, 4(1), 33-47. 2011.

UNEP-WCMC, IUCN. Protected Planet Report 2016. Cambridge, UK. 2016. United Nations Volunteers. State of the World's Volunteerism Report. 2018. 126p.

Weber, S. Unpaid Protectors: Volunteerism and the Diminishing Role of Federal Responsibility in the National Park Service. In: *Protected Areas in A Changing World: Proceedings of the 2013. George Wright Society Conference on Parks, Protected Areas, and Cultural Sites*. 2014. Hancock, Michigan. Anais. Michigan: George Wright Society. 2014.





MOTIVAÇÃO E SUCESSO NA GESTÃO
DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS BRASILEIRAS

Apoio Financeiro

Apoio Institucional

Realização

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

